

Tema Económico

84

Julho de 2020



**Evolução do setor da construção em Portugal,
2008 a 2018**

**Eugénia Pereira da Costa | Catarina Leitão Afonso |
Francisco Pereira | Paulo Inácio**



A evolução do setor da construção em Portugal, 2008 a 2018¹

Eugénia Pereira da Costa², Catarina Leitão Afonso³, Francisco Pereira², Paulo Inácio²

1. Introdução

O comportamento do setor da construção em Portugal no período 2008 a 2018 caracterizou-se por uma crescente deterioração observável nos vários segmentos de atividade associados. Relativamente aos três principais mercados, Construção Residencial, Construção Não Residencial e Mercado da Engenharia Civil, de acordo com o Euroconstruct, previa-se um agravamento da situação até 2013 seguido de uma ténue recuperação a partir de 2015.

Neste estudo apresenta-se uma breve análise da importância do setor da construção na economia nacional bem como uma caracterização conjuntural. É também analisado o comportamento relativo da atividade da construção nacional em contexto europeu, região onde também se observou a degradação dos resultados deste setor no período em análise.

Dada a relevância deste setor para a economia, tanto no plano nacional como internacional, o seu desempenho é motivo de preocupação, originando, por parte das instituições governamentais, a produção de estratégias de políticas públicas de apoio à reconversão, revitalização e reorientação do setor no sentido de reganhar competitividade de forma sustentável.

Neste sentido, o presente estudo inicia-se com a análise da importância do setor da construção na economia nacional entre 2008 e 2018, incidindo-se no valor acrescentado bruto, investimento (FBCF) e emprego. No ponto seguinte é feita uma caracterização do setor da construção em Portugal, onde foi destacado vários indicadores de atividade, a evolução do emprego, número de empresas, volume de negócios, produção, entre outros indicadores.

Passando para o contexto internacional, no ponto 4, é feito o enquadramento do setor da construção em Portugal comparado com o da Europa como um todo e também no contexto dos países periféricos (Espanha, Irlanda, Itália, Grécia). Já o ponto 5, aborda de forma sucinta a estratégia europeia para a competitividade do setor da construção e o compromisso nacional consagrado ao setor da construção e do imobiliário, estabelecido em estreita articulação com os vários atores da fileira deste setor.

Por fim, no ponto 6 pretende-se por um lado, identificar os principais fatores que influenciaram o comportamento do mercado da construção, e por outro lado, apresentam-se as principais tendências tecnológicas globais e os principais vectores de mudança para o setor da construção.

¹ O Tema Económico é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não reflete obrigatoriamente as posições do GEE nem do Ministério da Economia.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia.

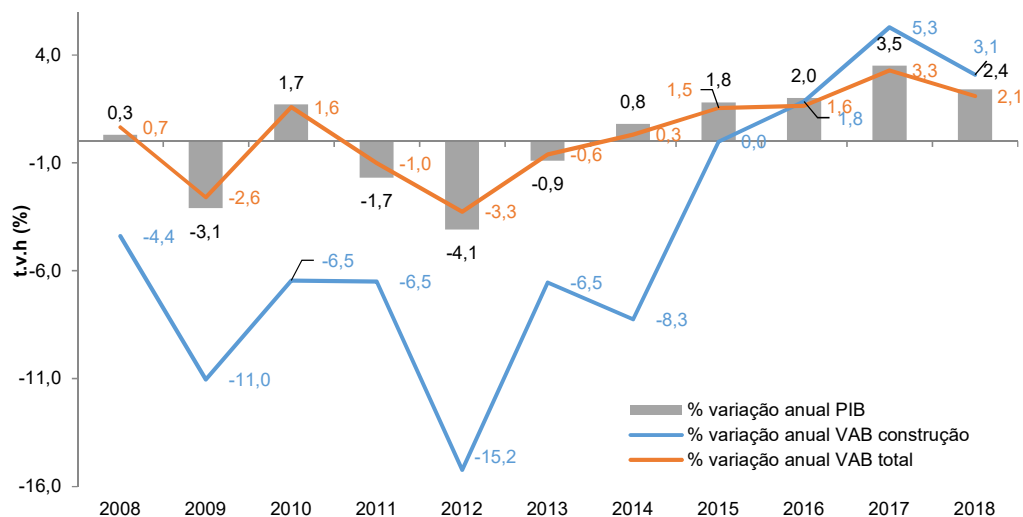
³ Ex-estagiária do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia.

2. Importância do setor da construção na economia, 2008-2018

2.1. Valor Acrescentado Bruto

De acordo com dados do INE (figura 1), no período compreendido entre 2008 e 2018 o valor acrescentado bruto (VAB) da construção apresentou uma tendência maioritariamente decrescente e negativa, situação que influenciou negativamente o comportamento do VAB total e do PIB anual em Portugal. Entre 2007 e 2009 os três indicadores apresentaram valores decrescentes, sendo 2009 o ano em que se verificaram as maiores quedas, quando o VAB da construção teve uma queda de 11,0%, o VAB total de 2,6% e o PIB de 3,1%. O ano 2010 foi exceção, constatando-se uma recuperação no VAB da construção, no VAB total e no PIB, sendo que as duas últimas rúbricas atingiram valores positivos (1,6% e 1,7%, respetivamente). Apesar da recuperação em relação a 2009, o VAB da construção continuou em terreno negativo em 2010, com um valor de -6,5%.

Figura 1 - Taxa de variação homóloga do VAB e do PIB



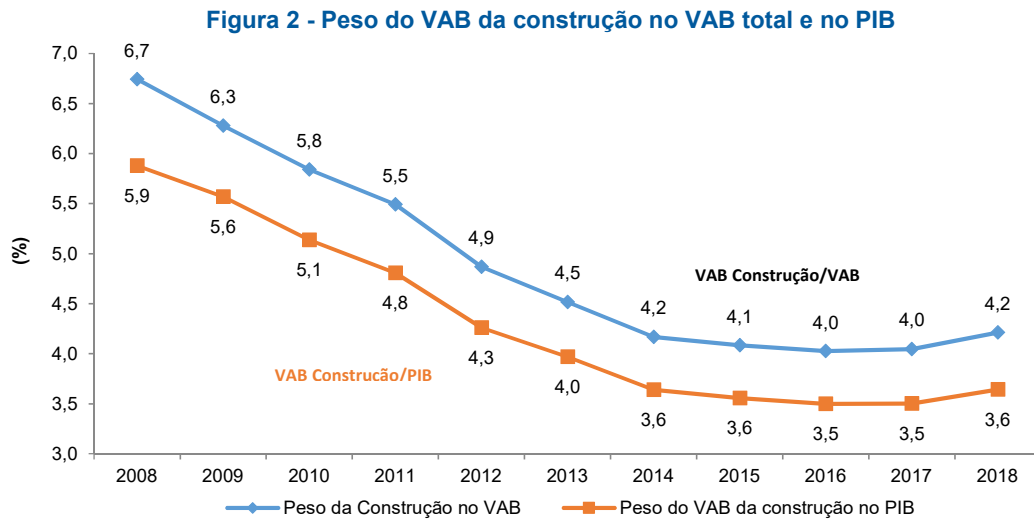
Fonte: Autores com base no INE, Contas Nacionais (extraído em 2020)

Após a recuperação que se verificou em 2010, os anos seguintes foram marcados por novas quedas, atingindo-se novos mínimos para todas as rúbricas em análise. No caso do VAB da construção, as perdas em 2012 foram superiores a 15%, facto que influenciou negativamente o VAB total e o PIB, que apresentaram quedas de 3,3% e 4,1%, respetivamente. Em 2014, o VAB total e o PIB já se encontravam em terreno positivo (+0,3% e +0,8%, respetivamente) e o VAB da construção regista uma queda de 8,3% relativamente ao ano anterior.

No período de 2015 a 2018, registou-se uma recuperação sustentada com as três variáveis em terreno positivo. O ano 2017 foi o ano em que se atingiram valores máximos de crescimento, no caso do VAB da construção foi de 5,3%, do VAB total de 3,3% e do PIB de 3,5%. No ano seguinte, 2018, foi marcado por um abrandamento do crescimento destes indicadores verificando-se 3,1%, 2,1% e 2,4% para o VAB da construção, para o VAB total e para o PIB, respetivamente.

Regista-se, ainda, que de um modo geral o VAB da construção apresenta quedas mais acentuadas e recuperação mais lenta que as restantes variáveis.

À semelhança do comportamento negativo que se verificou no VAB da construção, no VAB total e no PIB, o peso do VAB da construção no VAB total e no PIB (figura 2) tem apresentado uma tendência decrescente desde 2008, ano em que o VAB da construção tinha um peso de 6,7% no VAB total. Em 2016 este valor diminuiu 2,4 pp em relação a 2008, representando apenas 4,0% do VAB total, o valor mais baixo no período analisado. Em 2018, o peso do VAB da construção no VAB total (4,2%) apresentou uma ténue melhoria.



Fonte: Autores com base no INE, Contas Nacionais (extraído em 2020)

O peso do VAB da construção no PIB tem apresentado uma tendência análoga, maioritariamente decrescente no período em análise. Em 2008 o peso do VAB da construção no PIB foi 5,9%, passando para 3,5% em 2016 e 2017 (variação de -2,7 pp), valor mínimo no período analisado. À semelhança do comportamento do peso do VAB da construção no VAB total, o peso do VAB da construção no PIB registou um fraco crescimento em 2017 e 2018 (+0,1 pp).

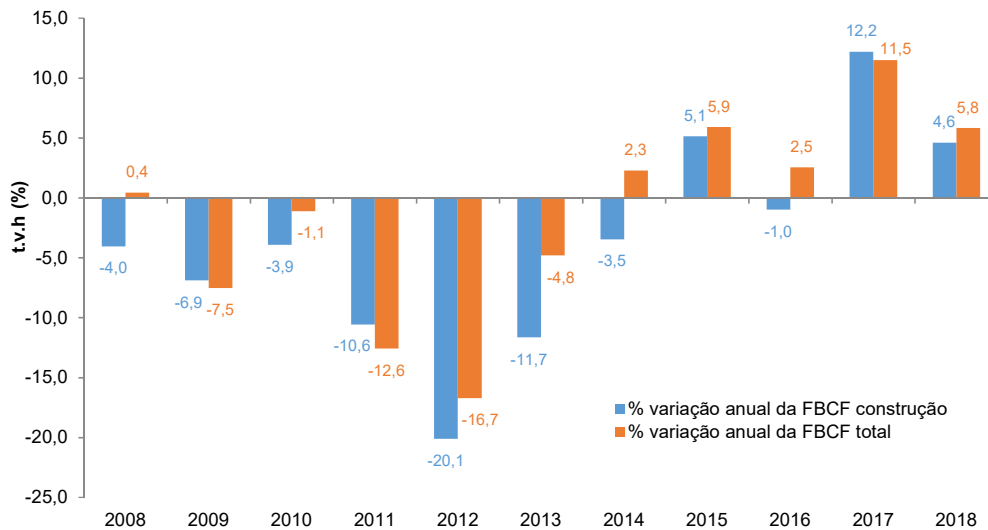
2.2. Investimento – FBCF

À semelhança do que se verificou com o VAB da construção, o investimento no mesmo setor apresentou uma evolução negativa no período de 2008 a 2014, situação que foi acompanhada pelo investimento total no intervalo 2009 a 2013 (figura 3). A FBCF da construção apresentou valores crescentemente negativos entre 2008 e 2012, ano em que atingiu a maior queda, 20,1%, situação semelhante no FBCF total com uma queda de 16,7%. Em 2013 houve uma pequena recuperação tanto da FBCF da construção como da total, apesar dos valores se manterem negativos para a construção, -11,7% e 4,8%, respetivamente.

A FBCF total registou o seu ponto de viragem no ano 2014, com uma variação de +2,3% relativamente ao ano anterior, e manteve-se em terreno positivo até 2018. O ponto de recuperação para valores positivos da FBCF da construção ocorreu em 2015, com uma subida de 5,1%, mas volta a registar uma queda em 2016 (-1%). Nos anos seguintes o investimento da construção, acompanhado pelo investimento total, manteve-se em terreno positivo e atingiu, em 2017, os valores mais altos de crescimento do período em análise, com 12,2% e 11,5%, respetivamente. O ano 2018 caracterizou-se por uma queda do crescimento da FBCF da construção e da FBCF total, passando a 4,6% (-7,6 pp) e 5,8% (-5,7 pp).

Assinala-se, também, que de um modo geral o investimento do setor da construção apresenta quedas mais acentuadas e recuperação mais lenta que o investimento total.

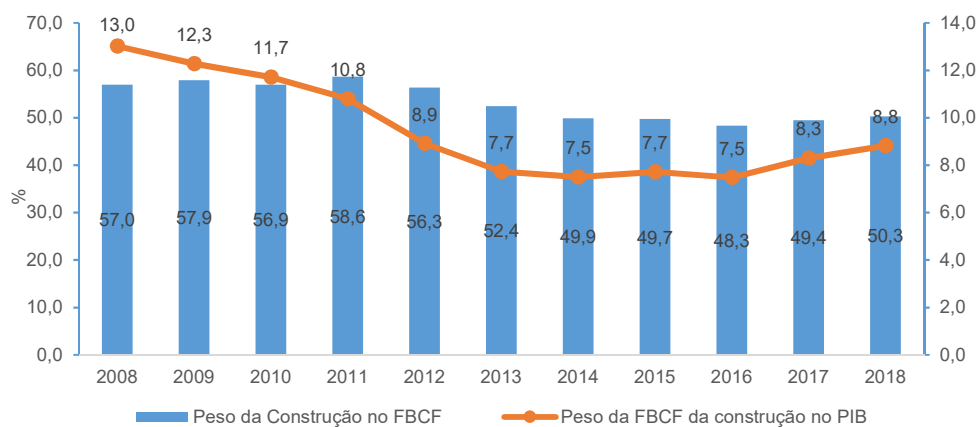
Figura 3 - Variação homóloga da FBCF da construção e da FBC total



Fonte: Autores com base no INE, Contas Nacionais (extraído em 2020)

Relativamente ao peso da FBCF da construção na FBCF total (figura 4), é possível verificar que a importância da primeira na segunda manteve-se relativamente estável entre 2008 e 2010, em cerca de 57%, com 2009 a ser a exceção, ao verificar-se uma recuperação do peso do investimento da construção no investimento total e a atingir os 57,9%, situação que pode ser explicada pela queda acentuada do investimento total neste ano (7,5%) que foi maior que a queda do investimento da construção (6,9%). Entre 2011 e 2016 assistiu-se a uma correção forte, em que a FBCF da construção representou apenas 48,3% da FBCF total em 2016. A partir de 2017 começou a assistir-se a uma nova recuperação, com o peso de 2018 a aumentar ligeiramente face a 2017, situando-se nos 50,3%. Apesar das oscilações, tem-se verificado que a FBCF da construção continua a ter um elevado peso na FBCF total.

Figura 4 - Peso da FBCF da construção na FBCF total e no PIB (%)



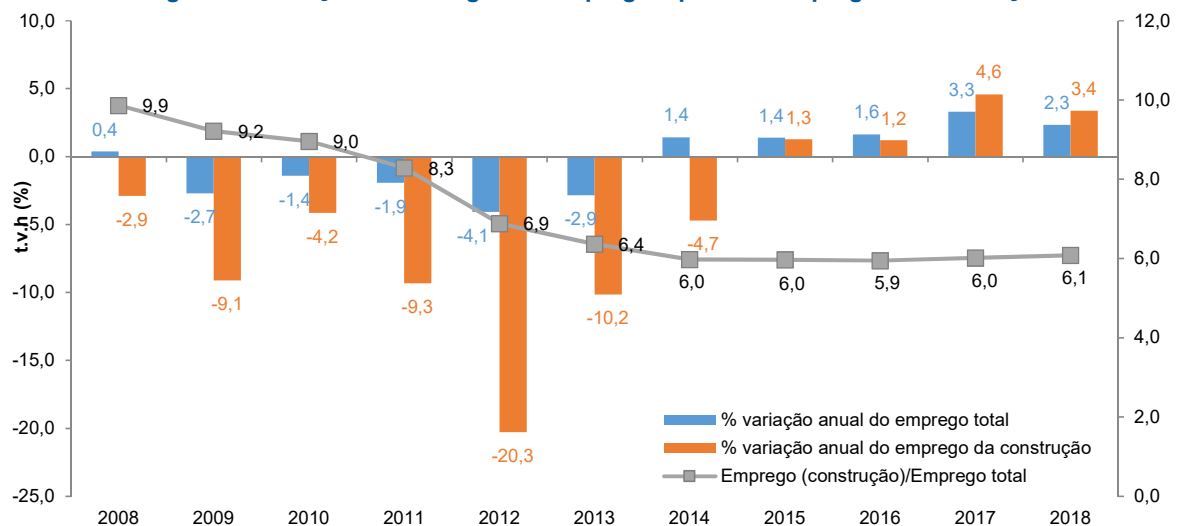
Fonte: Autores com base no INE, Contas Nacionais (extraído em 2020)

A importância do investimento da construção no PIB tem diminuído desde 2008 (13,0%) até 2016 (7,5%). A partir de 2017 registou-se um crescimento do peso da FBCF da construção no PIB, atingindo em 2018 o valor de 8,8%, que representa uma diminuição de 4,2 p.p., relativamente a 2008.

2.3. Emprego

Ao nível da evolução do emprego, no período 2008-2013, o setor da construção (figura 5), apresentou uma evolução negativa, assim como o emprego total. Após 2010, a situação agravou-se bastante, em especial em 2012 quando a variação anual do emprego da construção atingiu uma queda de 20,3%. A partir de 2015, o emprego da construção, a par do emprego total, recupera para terreno positivo, registando os valores máximos em 2017, sendo 4,6% para a construção e 3,3% para o emprego total. Em 2018, verifica-se uma quebra em ambas as variáveis, que passam para 3,4% e 2,3%, respetivamente o emprego da construção e emprego total.

Figura 5 - Variações homólogas do emprego e peso do emprego da construção



Fonte: Autores com base no INE, Contas Nacionais, Estatísticas do Emprego (extraído em 2020)

No período 2008-2018 o peso do emprego da construção apresentou uma tendência decrescente, tendo em 2016 atingido um mínimo ao situar-se em apenas 5,9%, o que corresponde a uma variação de -4 pp relativamente a 2008, ano em que o emprego da construção respondia por cerca de 10% do emprego total.

A maior queda do peso do emprego da construção verificou-se em 2012, em que passa de 8,3% para 6,9% do emprego total, representando uma variação de -1,4 pp, que também se reflete na variação do emprego total que, no mesmo ano, apresentou uma queda de 4,1%.

Em 2018, o emprego da construção corresponde a 6,1% do emprego total, representando uma quebra de 3,8 p.p., relativamente à situação de 2008.

3. Caracterização do setor da construção

3.1. Indicadores de atividade

No horizonte temporal compreendido entre 2008 e 2012, verificou-se que todas as rúbricas incluídas na tabela abaixo (tabela 1), relativas ao setor de atividade da construção e obras públicas, registaram valores tendencialmente negativos. Esta tendência teve impacto negativo no índice de emprego do setor, que de uma queda de 2,0% em 2008, passou para uma queda de 14,1% em 2012, números que voltaram ainda a piorar em 2013, quando se registou uma queda de 15,7%, apesar de já se ter assistido a uma pequena recuperação dos restantes indicadores nesse ano.

Conforme a tabela 1, as componentes que demonstraram contribuições mais negativas entre 2008 e 2012 foram a Carteira de Encomendas, com uma contribuição de -49,8 em 2008 e -77,5 em 2012, o Indicador de Confiança da Construção e Obras Públicas (-30,9 em 2008 e -66,1 em 2012) e a Apreciação da Atividade nos últimos três meses (-16,8 em 2008 e -60,3 em 2012). Recordamos que entre 2008 e 2012 Portugal registou um abrandamento económico, tendo-se também refletido no setor da construção. Após 2012, o panorama ficou marcado por ligeiras recuperações na maioria dos indicadores, beneficiando também da recuperação económica, nomeadamente no Indicador de Confiança da Construção e Obras Públicas, que recuperou de um mínimo de -66,1 em 2012 para -10,9 em 2018.

Tabela 1 - Indicadores de Conjuntura

Indicadores Anuais	Fonte	Unidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Índice de produção na construção e obras públicas (índice bruto)	INE	VH	-1.3	-6.6	-8.4	-13.1	-15.7	-15.8	-9.8	-2.7	-4.9	1.7	3.8
Vendas de cimento *	BdP	VH	-6.6	-15.6	-15.6	-15.6	-26.7	-22.8	-9.4	6.9	-4.4	13.2	4.3
Licenciamento de obras	INE	VH	-14.6	-21.0	-9.6	-10.7	-15.0	-23.4	-5.2	-3.3	11.9	11.3	19.7
Indicador de confiança da Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-30.9	-36.0	-42.3	-52.9	-66.1	-54.1	-41.0	-35.3	-31.4	-21.3	-10.9
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-49.8	-51.6	-59.2	-64.1	-77.5	-69.0	-58.4	-48.8	-43.6	-32.9	-22.9
Perspetiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-12.1	-20.3	-25.3	-41.7	-54.7	-39.2	-23.7	-21.9	-19.2	-9.7	1.0
Apreciação da atividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-16.8	-23.6	-26.6	-40.9	-60.3	-44.8	-34.1	-27.2	-19.5	-9.2	-4.3
Perspetiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-10.5	-19.7	-18.8	-24.6	-38.0	-32.9	-20.6	-14.8	-11.5	-6.7	-0.8
Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-2.0	-7.7	-8.0	-10.7	-14.1	-15.7	-8.6	-4.1	-4.0	1.8	2.3

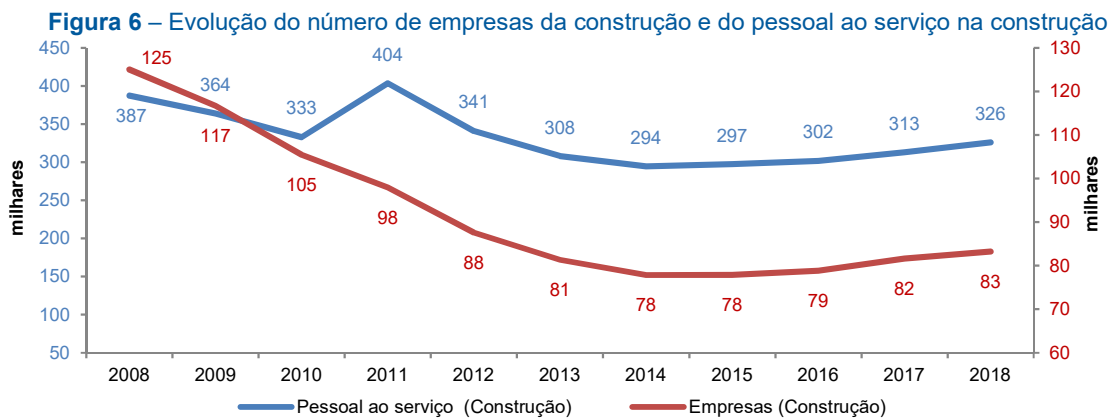
Nota: * Vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno excluindo importações de cimento.

Fonte: Autores com base em GEE, Síntese Estatística de Conjuntura (extraído em 2020)

3.2. Empresas

Entre o ano de 2008 e 2014 verificou-se um decréscimo acentuado no número de empresas da construção (125 mil em 2008 para cerca de 78 mil em 2014), tendo-se constatado a partir de 2015 uma ligeira recuperação neste indicador, atingindo as 83 mil em 2018.

Este comportamento foi também visível no total de pessoal empregado neste setor (387 mil em 2008 para 294 mil em 2014 (com exceção do acréscimo verificado em 2011), com posterior incremento após 2015, atingindo os 326 mil em 2018), como é visível na figura 6.

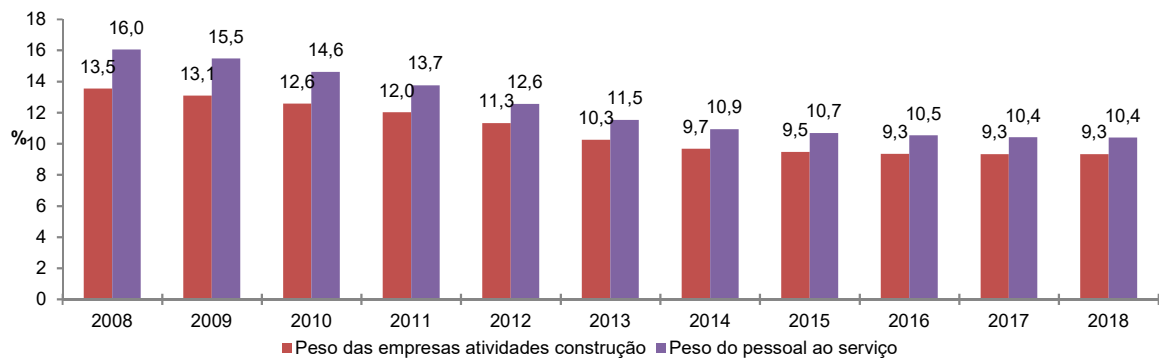


Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

Relativamente ao peso das empresas com atividade na área da construção em relação ao total das empresas portuguesas (figura 7), as primeiras têm vindo a diminuir a sua presença ao longo do período em análise, com uma quebra de 4,2 p.p. entre 2008 e 2018. Neste último ano as empresas associadas à construção representavam 9,3% do total de empresas.

À semelhança do que acontece com o número de empresas associadas à construção, o pessoal ao serviço da construção tem também vindo a diminuir, como seria de esperar. Em 2008 o setor em causa continha 16% do total de pessoal ao serviço, valor que tem vindo a diminuir até 2018, ano em que atingiu os 10,4% (figura 7).

Figura 7 – Peso das empresas e do pessoal ao serviço da construção *



* Inclui CAE F mais atividades associadas

Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

A variação anual do número de empresas tem apresentado uma tendência maioritariamente positiva. Como é possível observar na figura 8, à exceção das Atividades de Fabricação de Produtos Cerâmicos, de outros Produtos de Porcelana e de Serragem, Corte e Acabamento, todas as restantes rubricas apresentam variações positivas, sendo que as atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares foram as que apresentaram maiores variações anuais ao longo dos três períodos em análise (6,1%, 8,1% e 5,1% respetivamente).

Figura 8 – Variação anual do número de empresas

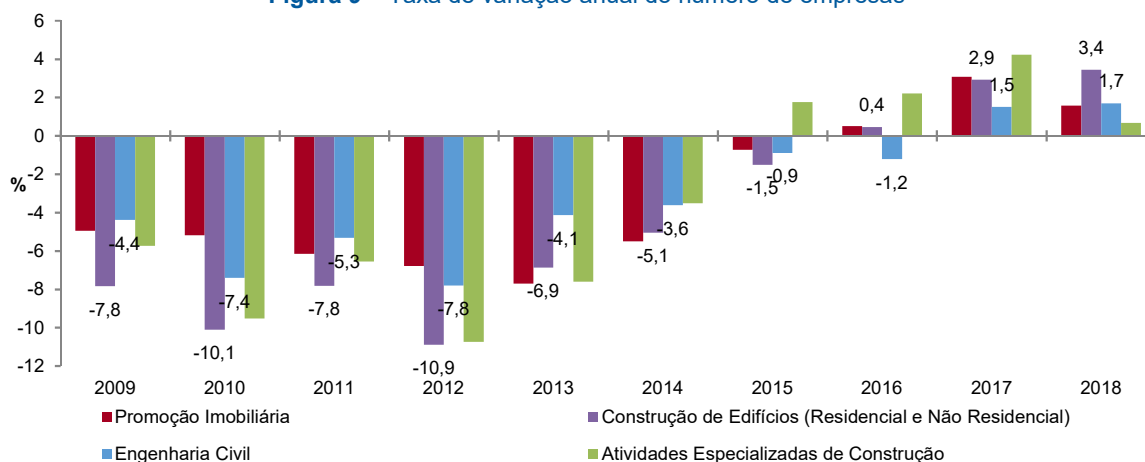


Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

No que se relaciona à taxa de variação anual do número de empresas (figura 9), os primeiros sete anos (de 2009 a 2015) registaram valores negativos para todo o tipo de empresas associadas ao setor da construção (exceto as empresas das Atividades Especializadas de Construção em 2015).

Nos restantes três anos em análise, à exceção da Engenharia Civil em 2016, observa-se uma considerável recuperação das empresas de todas as atividades para valores positivos, dos quais se destacam as empresas de Construção de Edifícios, que recuperaram 3,0 p.p. entre 2016 e 2018.

Figura 9 – Taxa de variação anual do número de empresas



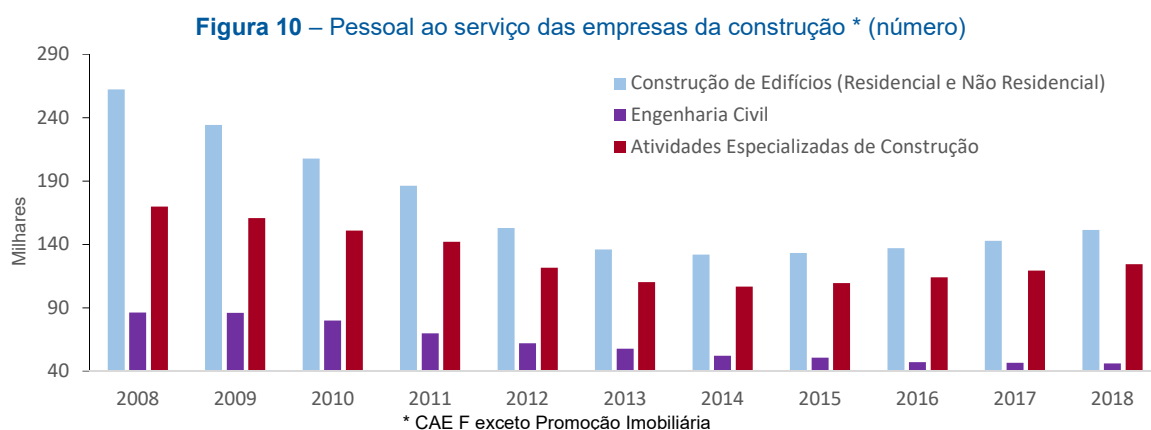
Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

3.3. Pessoal ao serviço

Até ao ano de 2014, o número de empregados nos diversos setores da construção salientados na figura 10 foram sempre decrescendo, como reflexo da crise económica que afetou Portugal nos anos anteriores.

Contudo, a partir de 2015, com o melhoramento da economia, verificou-se também uma recuperação do número de empregados na Construção de Edifícios, de 133 mil em 2015 para 151 mil em 2018 (setor da construção com maior número de empregados), e igualmente nas Atividades Especializadas de Construção de 109 mil em 2015 para 124 mil em 2018.

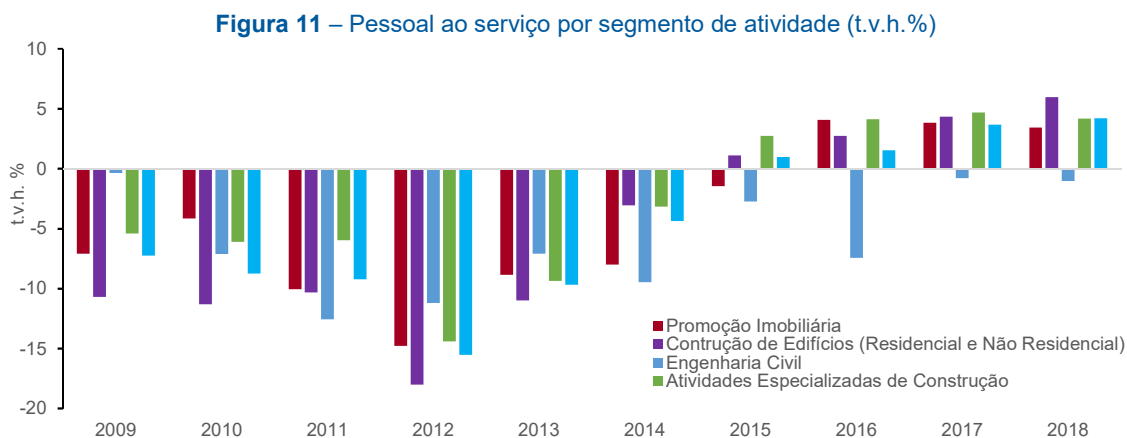
A Engenharia Civil manteve sempre a sua tendência decrescente desde 2008 (86 milhares de empregados) até 2018 (46 milhares de empregados).



Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

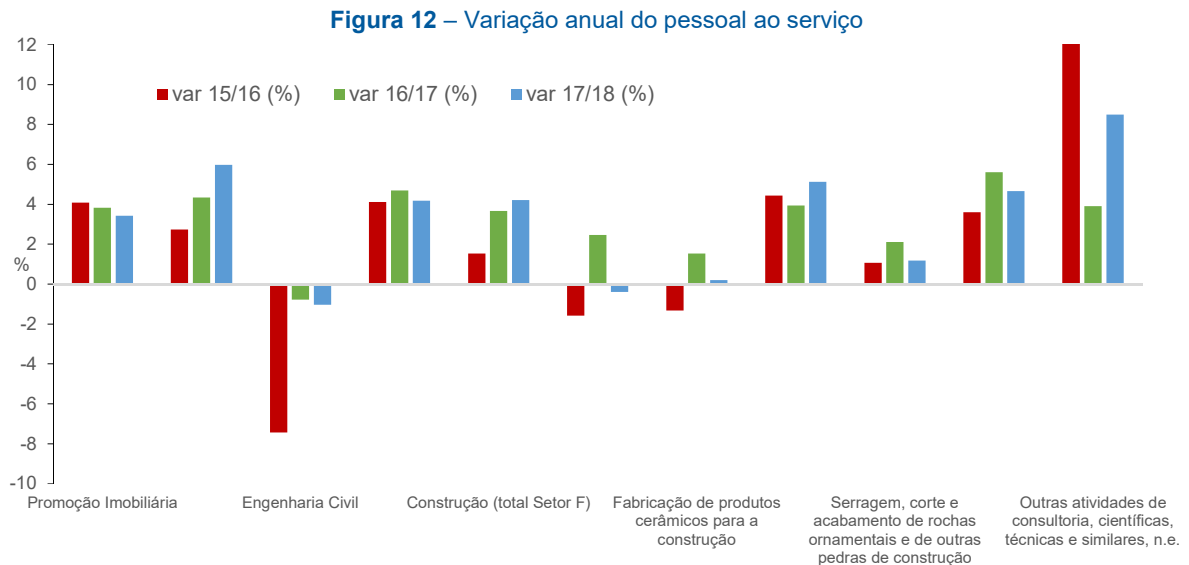
De acordo com a figura 11, todos os setores observaram taxas de variação homólogas fortemente negativas até 2014. O pessoal ao serviço no setor da construção apresentava-se com variações negativas, apesar da recuperação crescente, tendo depois continuado a registar acréscimos até atingir a taxa de 4,2% em 2018.

Em 2015 só a Promoção Imobiliária (-1,5%) e a Engenharia Civil (-2,7%) é que apresentavam taxas negativas. O número de empregados inseridos no setor de Engenharia Civil foi o único que registou variações negativas ao longo de todos os anos em análise, apesar de algumas recuperações. A Construção de Edifícios foi o setor que registou uma variação positiva mais acentuada (6% em 2018) e os maiores acréscimos, a partir de 2015.



Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

A variação anual do pessoal ao serviço (figura 12) tem apresentado uma tendência maioritariamente positiva. Como é possível observar na figura abaixo, à exceção das atividades de Engenharia Civil e da Extração de pedra, areia e argila, todas as restantes rubricas apresentam variações positivas, sendo que as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares foram as que apresentaram melhores valores em 2015/2016 (12,4%), e em 2017/2018 (8,5%).

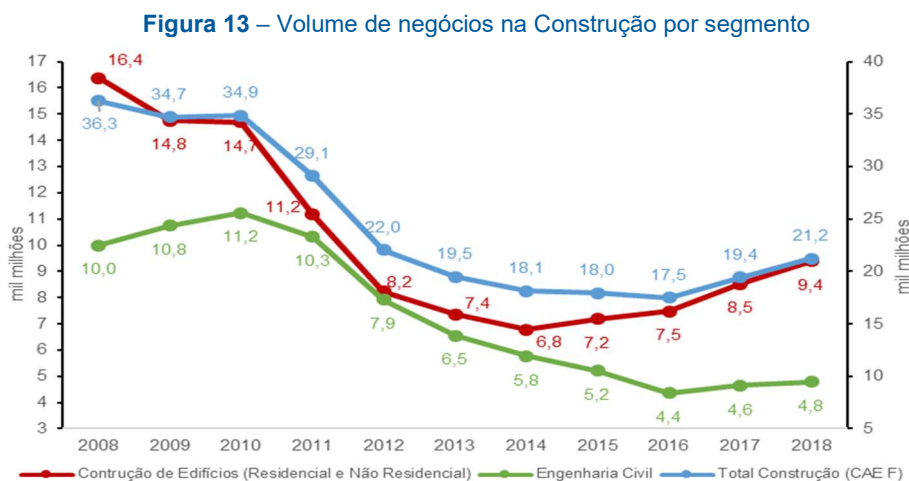


Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

3.4. Segmentos de atividade

3.4.1. Volume de negócios

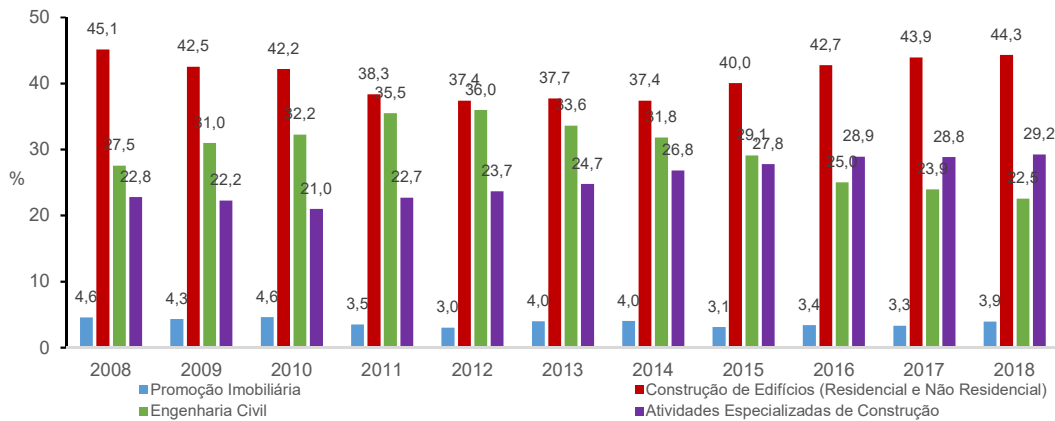
No período em análise presente na figura 13, o volume de negócios no total da construção registou o valor máximo em 2008, atingindo cerca de 36 mil milhões de euros. A Construção de Edifícios foi o segmento que mais contribuiu para este máximo que se verificou em 2008, sendo que, a partir desse ano, verificou-se uma diminuição no volume de negócios da Construção até 2016, tendo-se observado um ligeiro aumento nos dois anos subsequentes. A Engenharia Civil tem acompanhado as oscilações do total da construção, embora o seu contributo para o total seja inferior ao da Construção de Edifícios.



Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

O volume de negócios da Construção de Edifícios e de Engenharia Civil revelam-se como os principais contributos na percentagem total de volume, embora a evolução do volume de negócios da Engenharia Civil tenha sido decrescente a partir de 2012, tendo atingido os 22,5% em 2018. A Promoção Imobiliária é a que menos peso detém no total do volume de negócios, 3,9% em 2018 (figura 14).

Figura 14 – Volume de negócios por segmento (em % do total)

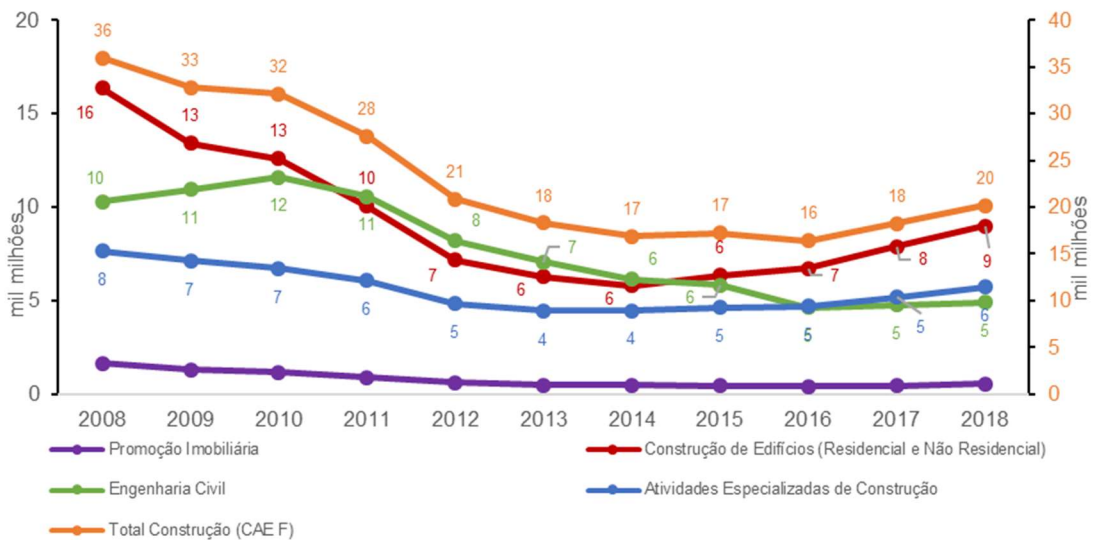


Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

3.4.2. Produção

No período compreendido entre 2008 e 2018, o total da produção no setor da construção (figura 15) alcançou o valor máximo em 2008, ao atingir os 36 mil milhões de euros, o que se justifica pelo maior contributo da Construção de Edifícios (tendência crescente a partir de 2015) e da Engenharia Civil apesar da sua tendência decrescente ao longo do horizonte temporal definido.

Figura 15 – Produção na Construção por segmento

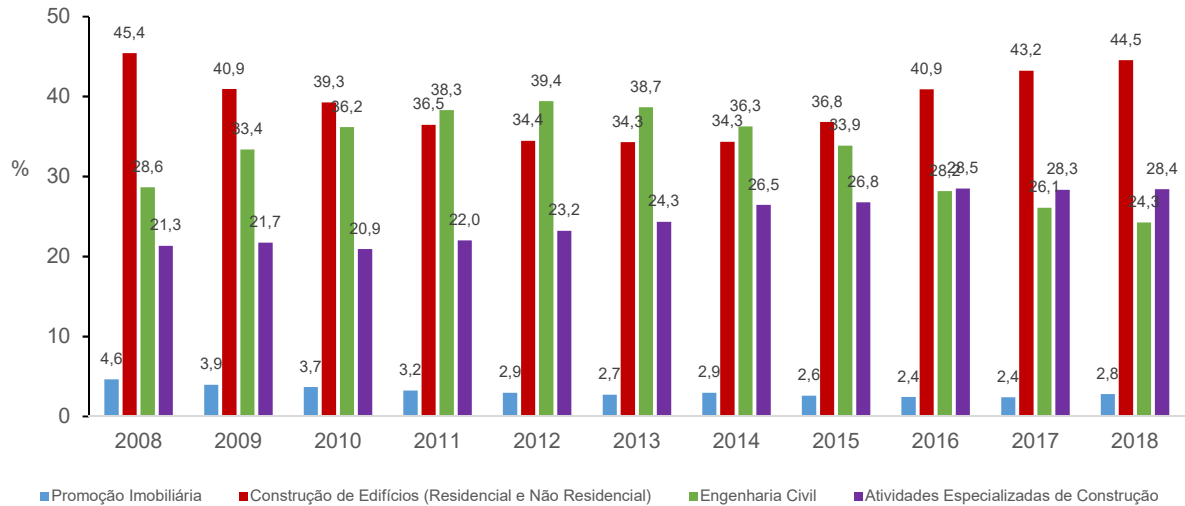


Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

A menor contribuição foi registada pela rubrica Promoção Imobiliária (2,8% em 2018), demonstrando-se relativamente constante ao longo do período estudado, seguidas das Atividades Especializadas de Construção, que registam o segundo menor contributo para o total da Construção até 2015 (figura 16). Por outro lado, a Construção de Edifícios e Engenharia Civil têm sido os segmentos com maior peso no total da

Construção, situação que se inverteu em 2016 passando as Atividades Especializadas de Construção a registar o segundo maior contributo até 2018.

Figura 16 – Produção por segmento (em % do total)

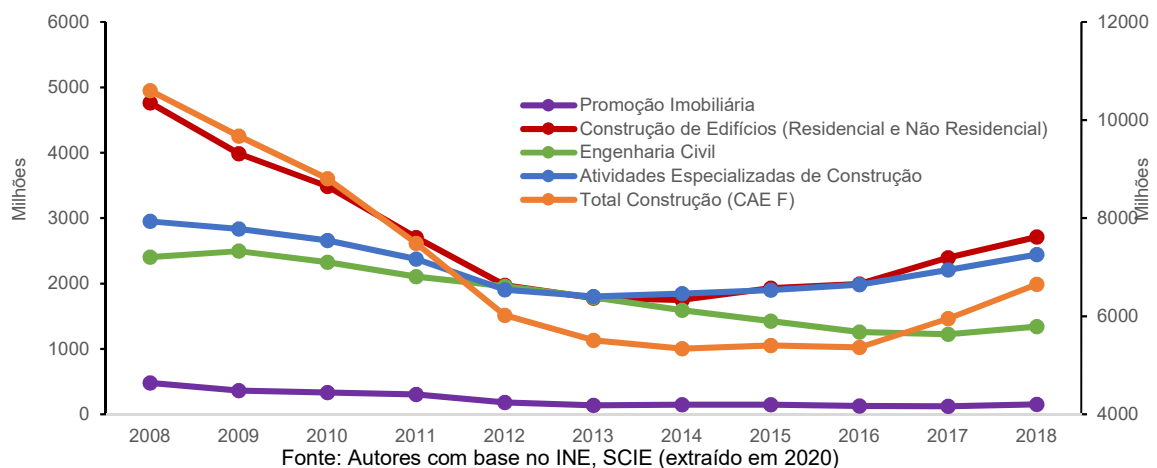


Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

3.4.3. VAB

Entre 2008 e 2018, o total do VAB do setor da construção (figura 17) atingiu o valor máximo em 2008, ao alcançar os 10,6 mil milhões de euros, o que se justifica pelo maior contributo de Construção de Edifícios e das Atividades Especializadas de Construção. Desde 2008 os restantes segmentos abaixo representados sofreram uma ligeira queda, exceto no ano 2018, sendo que a Promoção Imobiliária se manteve com os valores mais baixos (154 milhões em 2018).

Figura 17 – VAB da Construção por segmento

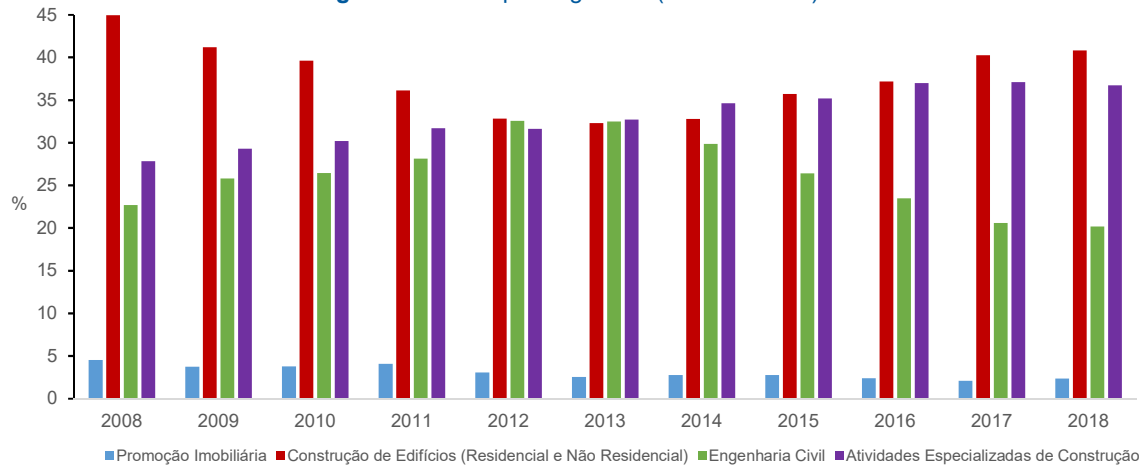


Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

A Construção de Edifícios é o segmento com maior peso no VAB total. Apesar de apresentar uma tendência decrescente até 2013, ano em que atingiu os 32,3%, este segmento continuava a ser o mais representado em 2018, com 40,8%, seguido pelo segmento das Atividades Especializadas de Construção,

com 36,7%, que ao longo dos anos tem vindo a apresentar uma tendência crescente. A Promoção Imobiliária é o segmento que tem menos peso para o VAB total, apresentando valores nunca superiores a 4,5% (figura 18).

Figura 18 – VAB por segmento (em % do total)

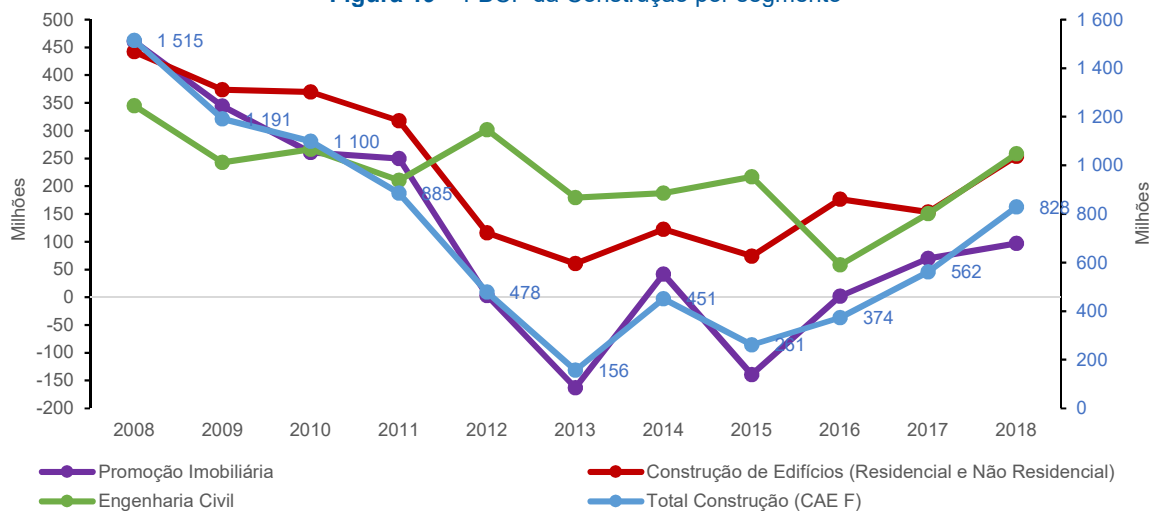


Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

3.4.4. FBCF

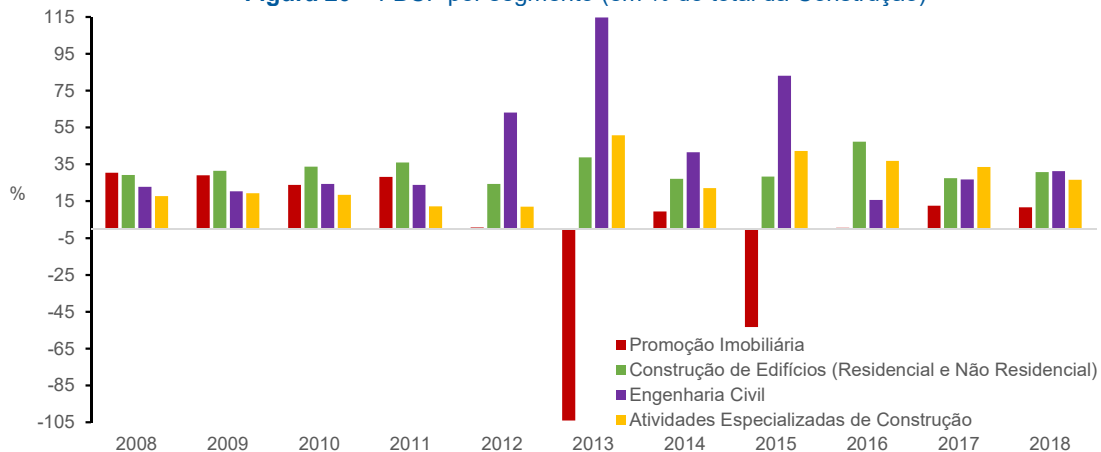
O total da FBCF da Construção (figura 19) atingiu o valor máximo em 2008, ao alcançar os 1,5 mil milhões de euros, o que se justificou essencialmente pelo contributo da Construção de Edifícios que, no mesmo ano, atingiu os 442 milhões de euros. Contudo nos anos seguintes, o segmento da Construção de Edifícios sofreu grandes quedas passando dos 442 milhões em 2008 para os 61 milhões em 2013, sendo ultrapassada pela Engenharia Civil (302 milhões) ainda no ano de 2012. Todos os segmentos sofreram oscilações ao longo do horizonte temporal em análise, mantendo-se ao longo dos anos, a Construção de Edifícios e a Engenharia Civil, os segmentos com maiores contributos para a FBCF da Construção.

Figura 19 – FBCF da Construção por segmento



Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

Figura 20 – FBCF por segmento (em % do total da Construção)



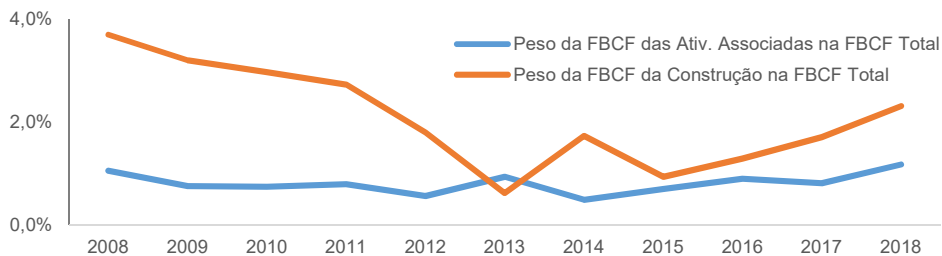
Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

Através da observação da figura 20, é possível constatar que a componente da FBCF por segmento em percentagem do total da Construção que mais decresceu a partir de 2008 foi a de Promoção Imobiliária que passou de 46,1 em 2008 atingiu o mínimo em 2013 (-163), situação que se inverteu a partir de 2016, atingindo em 2018 o valor de 97. Já a rubrica de Engenharia Civil foi o segmento que mais cresceu, em 2012, 2013 e 2015, diminuindo, contudo, em 2016. O segmento da Construção de Edifícios e das Atividades Especializadas de Construção demonstraram um comportamento semelhante, sendo que o primeiro se manteve praticamente sempre acima do segundo. De 2017 para 2018, a Construção de Edifícios e a Engenharia Civil foram as únicas rubricas que registaram evoluções crescentes.

Ao focarmos a análise em 2008 (início da crise económico-financeira), 2012 (programa de ajustamento económico e financeiro, PAEF), e 2017, é possível constatar que o peso da FBCF do setor da Construção no total do investimento decresceu ao longo dos anos, de 3,7% em 2008 para 1,8% em 2012 e 1,7% em 2017 (figura 21). Note-se que, no mesmo intervalo de tempo, a primeira retração (de 3,7% para 1,8%) comparada com a segunda (de 1,8% para 1,7%) foi muito mais expressiva (1,9 pp), reflexo da crise económica que o país atravessava.

Relativamente ao peso da FBCF das atividades associadas, apesar de a sua expressividade ser menor, observou-se um decréscimo do mesmo de 2008 para 2012 (de 1,1% para 0,6%), crescendo novamente para 0,8% em 2017, o que representa um acréscimo de 0,2 pp.

Figura 21 – FBCF da construção e das actividades associadas⁴ (em % da FBCF total)



Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

⁴ Atividades associadas: Extração de pedra, areia e argila; Fabricação de produtos cerâmicos para a construção; Fabricação de outros produtos de porcelana e cerâmicos não refratários; Serragem, corte e acabamento de rochas ornamentais e de outras pedras de construção; Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

3.4.5. Mercado da Habitação

Tabela 2 – Indicadores do Mercado da Habitação

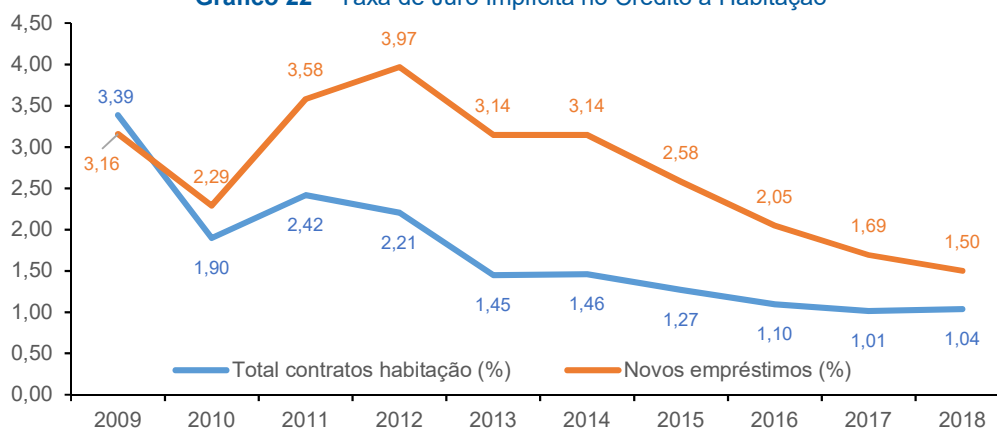
	Crédito Habitação				Taxas de Juro				Preços da habitação	
	Capital Médio em Dívida (€)	t.v.h. (%)	Empréstimos concedidos a famílias (M€)	t.v.h. (%)	Total contratos habitação (%)	t.v.h. (%)	Novos empréstimos (%)	t.v.h. (%)	Preço (€/m ²)	t.v.h. (%)
2009	55 486,0	-	110 685,0	-	3,4	-	3,2	-	1 144,6	-
2010	56 004,0	0,9	114 515,0	3,5	1,9	-43,9	2,3	-27,5	1 163,3	1,6
2011	55 819,0	-0,3	113 916,0	-0,5	2,4	27,3	3,6	56,6	1 120,3	-3,7
2012	55 179,0	-1,1	110 520,0	-3,0	2,2	-8,7	4,0	10,8	1 039,5	-7,2
2013	54 074,0	-2,0	106 585,0	-3,6	1,4	-34,4	3,1	-20,8	1 006,1	-3,2
2014	53 100,0	-1,8	102 469,0	-3,9	1,5	1,0	3,1	0,0	1 008,3	0,2
2015	52 110,0	-1,9	98 516,0	-3,9	1,3	-13,1	2,6	-18,0	1 029,3	2,1
2016	51 547,0	-1,1	95 377,0	-3,2	1,1	-13,7	2,0	-20,6	1 067,7	3,7
2017	51 690,0	0,3	94 093,0	-1,3	1,0	-7,4	1,7	-17,4	1 122,0	5,1
2018	52 376,0	1,3	93 952,0	-0,1	1,0	2,2	1,5	-11,3	1 186,8	5,8

Fonte: autores com base no INE e BdP (extraído em 2020)

Segundo os dados do INE e do BdP, o mercado da habitação esteve em quebra entre 2009 e 2016. Se observarmos a tabela abaixo (tabela 2), podemos verificar que os empréstimos concedidos às famílias entre 2012 e 2016 apresentaram quedas homólogas maiores que 3%, com os anos de 2014 e 2015 a apresentarem quedas de 3,86% cada ano. Quanto ao custo do crédito habitação (juros), estes têm diminuído substancialmente desde 2009, atingindo uma taxa de 1,50% em 2018 (menos 166 pp que o valor verificado em 2009). Relativamente ao preço da habitação avaliada pelos bancos, verificou-se que entre 2011 e 2013 fortes quedas homóloga, com valores de -3,70%, -7,22% e -3,21%, respetivamente.

Comparando as taxas de juro implícitas no Crédito à Habitação (figura 22), tanto no total dos contratos à habitação como nos novos contratos, a tendência tem sido de redução nas taxas de juro desde 2009, com a taxa de juro implícita dos novos empréstimos a atingir um valor mínimo em 2018, 1,50%.

Gráfico 22 - Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação



Fonte: autores com base no BdP (extraído em 2020)

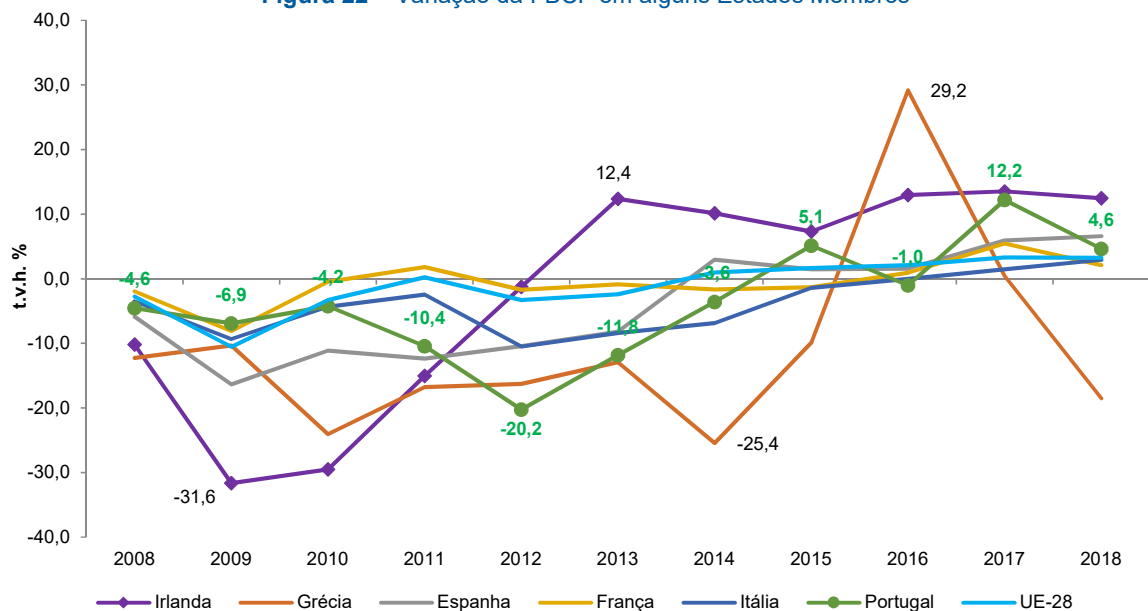
4. Setor da construção no contexto internacional

4.1. FBCF da construção

De acordo com os dados retirados do Eurostat, sumariados na figura abaixo (figura 23), em 2008, os países considerados apresentavam variações médias negativas de cerca de 5%. Em 2009 a situação agravou-se para todos os países, em especial para a Irlanda que atingiu uma queda de aproximadamente 32%, seguida da Espanha, com uma queda de 16,3% e Grécia, -10,3%. Portugal, apesar de também ter registado uma queda nesse ano, foi dos países que registou menor decréscimo, ficando-se nos -6,9%. No entanto, entre 2011 e 2013, a situação agravou-se para Portugal e Grécia, com quedas médias anuais de 14% e 15% respetivamente, contrariando a tendência de melhoria da Irlanda, Espanha, Itália e França.

Após 2013 a tendência foi de melhoria para o conjunto dos países, embora o ritmo de recuperação de cada país se mantivesse diferente, com os países meridionais a mostrarem uma evolução mais lenta. Em 2018, relativamente a 2017, observa-se um abrandamento do investimento neste conjunto de países com exceção da Espanha e da Itália que apresentam um aumento de 0,7 p.p. e 1,4 p.p., respetivamente.

Figura 22 – Variação da FBCF em alguns Estados Membros

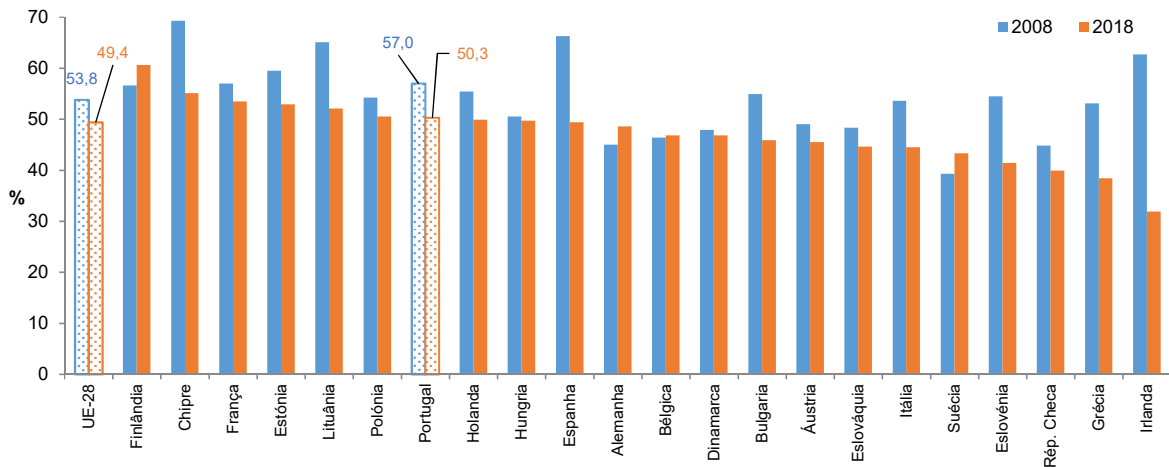


Fonte: Autores com base em Eurostat (extraído em 2020)

Portugal, apesar de ter registado uma queda de 7,6 p.p. no investimento em 2018 relativamente a 2017, ficou acima da média da UE-28.

Segundo os dados do Eurostat, em 2008 a FBCF da construção em Portugal representava 57% do total da FBCF da economia nacional, tendo o seu peso reduzido para cerca de 50% em 2018 (figura 24), refletindo o menor investimento da construção ao longo dos últimos anos. No contexto europeu, tanto em 2008 como em 2018 Portugal ficou próximo da média de União Europeia no que toca ao peso da FBCF na economia, com o Chipre a liderar em 2008 (69,3%), enquanto em 2018 a liderança foi da Finlândia (60,6%).

Figura 23 - FBCF Construção de cada EM (em % do total), 2008 e 2018

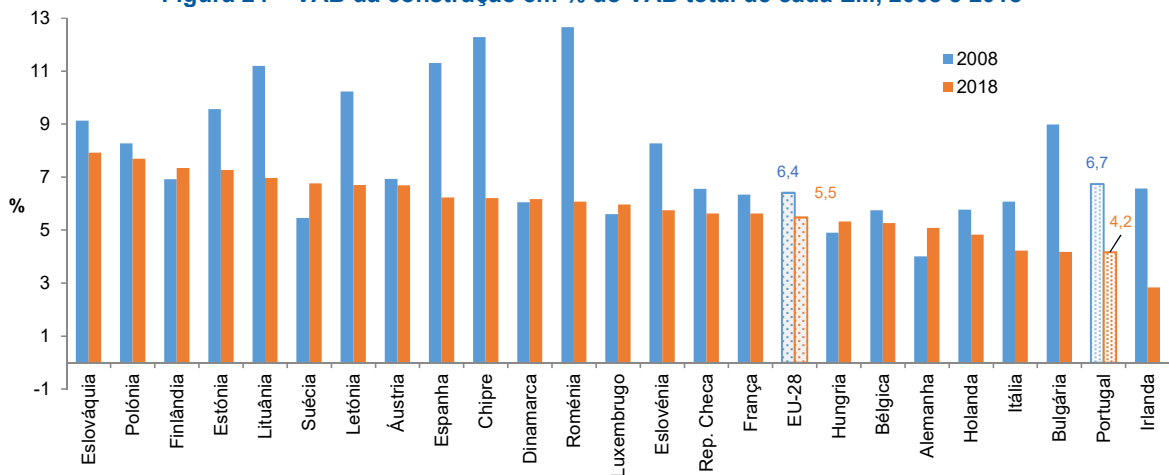


Fonte: Autores com base em Eurostat (extraído em 2020)

4.2. VAB da construção

No total da UE-28, o setor da construção em 2018 tinha, em média, um peso de 5,5% no total do VAB da economia europeia. Os países no qual o VAB da construção tem maior expressão na economia são a Eslováquia (7,9%), Polónia (7,7%) e Finlândia (7,3%). Do lado oposto, os países que apresentam um menor peso do VAB da construção no total da economia são a Irlanda (2,8%), Portugal (4,2%) e Bulgária (4,2%). Portugal encontra-se assim no grupo de países em que a construção tem um menor peso no total da economia, ficando mesmo abaixo da média europeia (figura 25).

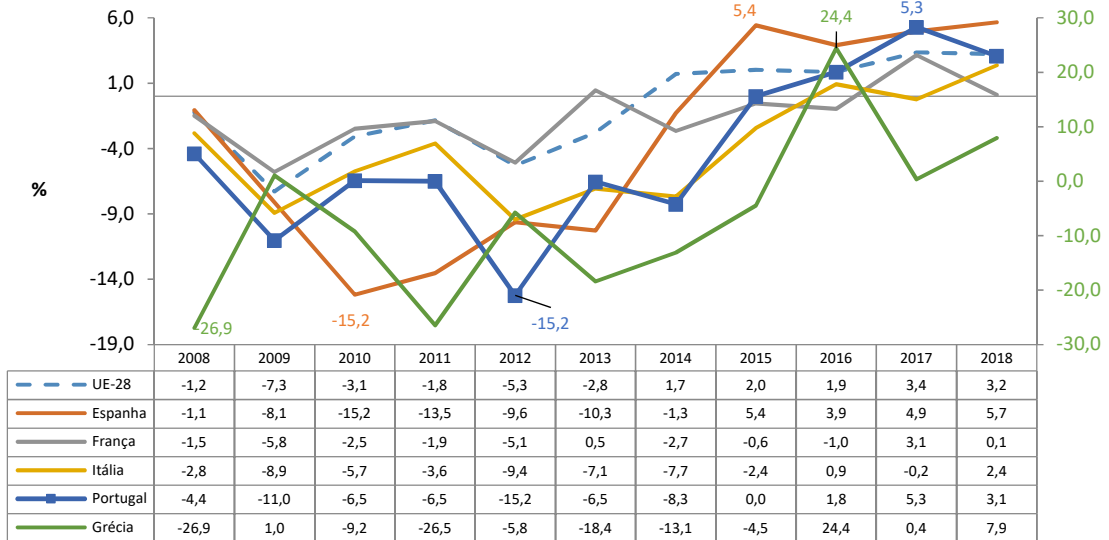
Figura 24 – VAB da construção em % do VAB total de cada EM, 2008 e 2018



Fonte: Autores com base em Eurostat (extraído em 2020)

Em termos da taxa de variação do VAB da construção por estado-membro, considerando apenas os países do sul da Europa (figura 26), Portugal e Espanha foram os países que apresentaram a melhor recuperação no período considerado, passando de -11,0% e -8,1% em 2009 para +3,1% e +5,7% em 2018, respetivamente, que compara com -7,3% em 2009 e +3,2% em 2018 da UE-28. Destacamos que após 2014 assistiu-se a uma melhoria na taxa de variação do VAB da construção na generalidade dos países representados, beneficiando também da recuperação económica que se verificou a nível mundial.

Figura 26 – Variação do VAB dos países da Europa do Sul

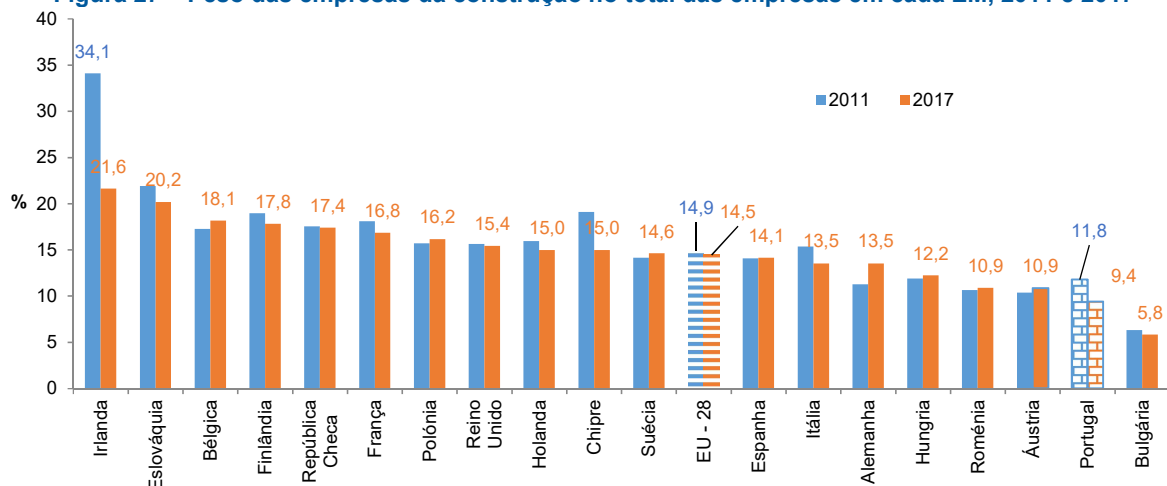


Fonte: Autores com base em Eurostat (extraído em 2020)

4.3. Número de empresas no setor da construção

Em 2017, Portugal tinha 9,4% de empresas no setor da construção, valor que se situa abaixo da média da UE-28 (14,5%). A Irlanda é o país que apresenta um maior peso de empresas de construção (21,6%), seguida de perto pela Eslováquia (20,2%). Do lado oposto está a Bulgária (5,8%) (figura 27).

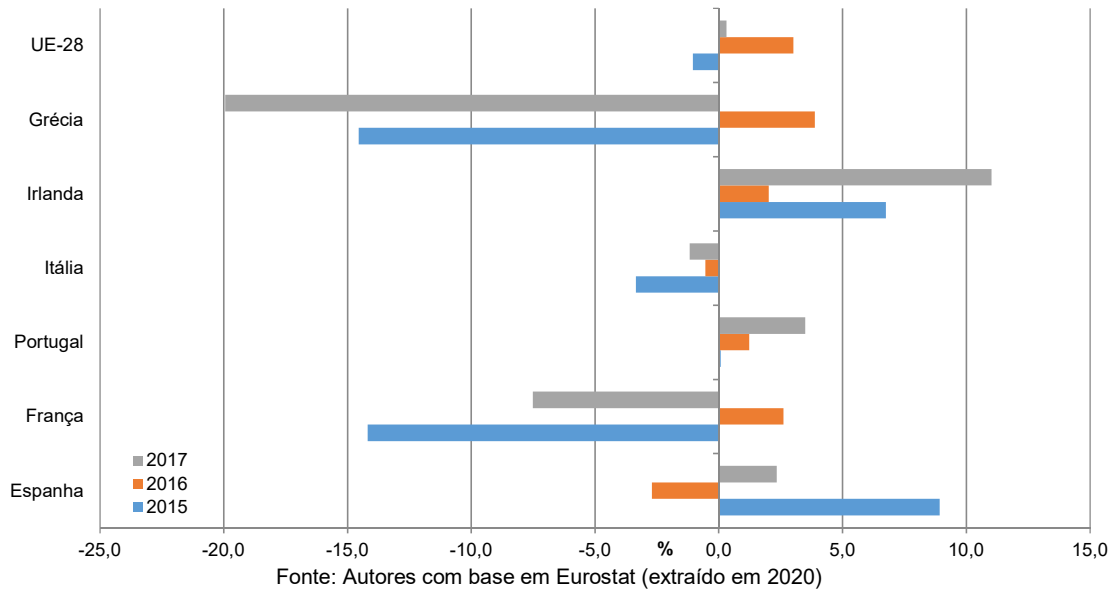
Figura 27 – Peso das empresas da construção no total das empresas em cada EM, 2011 e 2017



Fonte: Autores com base em Eurostat (extraído em 2020)

Considerando a variação homóloga do número de empresas da Construção nos países da Europa do Sul (figura 28), verificamos que a maioria dos estados-membros apresenta variações positivas nos anos considerados. Os valores negativos referem-se maioritariamente aos anos de 2015 e 2017, com a França e Grécia a liderarem as quedas. Portugal tem apresentado valores positivos e crescentes desde 2015, tendo atingido o valor de +3,5% em 2017.

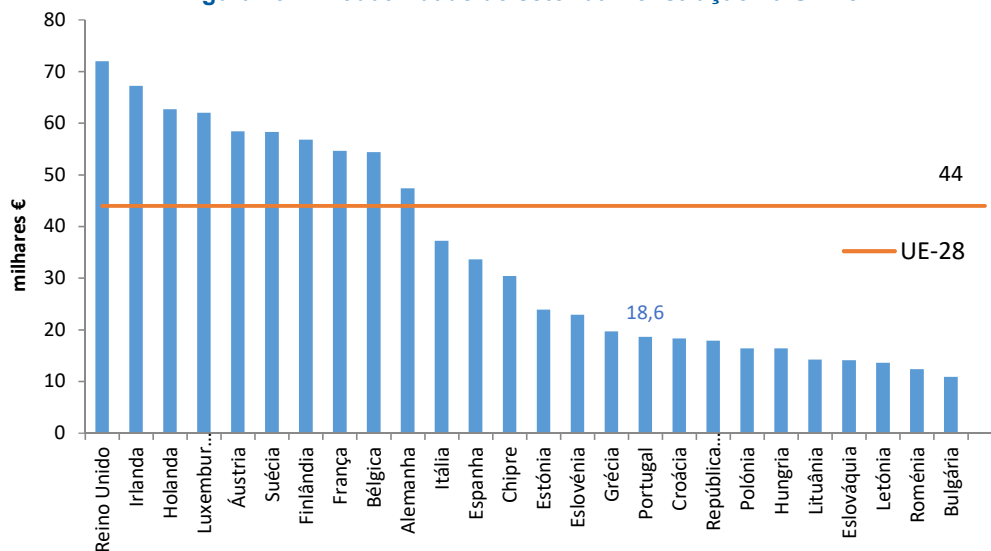
Figura 28 – Variação homóloga do número de empresas da Construção de cada EM



4.4. Produtividade no setor da construção

Segundo as estatísticas detalhadas para o setor da Construção da Eurostat, em 2017 a produtividade aparente⁵ do setor em Portugal era de cerca de 19 mil euros, abaixo dos 44 mil euros da média da UE-28. O setor da construção em Portugal opera deste modo de uma forma menos eficiente que a média da União Europeia, mas, ainda assim, à frente de 9 estados-membros. Os países onde o setor da construção é menos eficiente são a Bulgária (11 mil euros), Roménia (12 mil euros) e Letónia (14 mil euros), contrariamente ao Reino Unido (72 mil euros) e à Irlanda (67 mil euros), países que detêm o setor da construção mais eficiente (figura 29).

Figura 29 – Produtividade do setor da Construção na UE-28



⁵ A produtividade aparente é o rácio entre o Valor acrescentado bruto do setor sobre o número de indivíduos empregada no mesmo setor (VAB/Emprego).

5. Compromisso para a competitividade sustentável do setor da construção

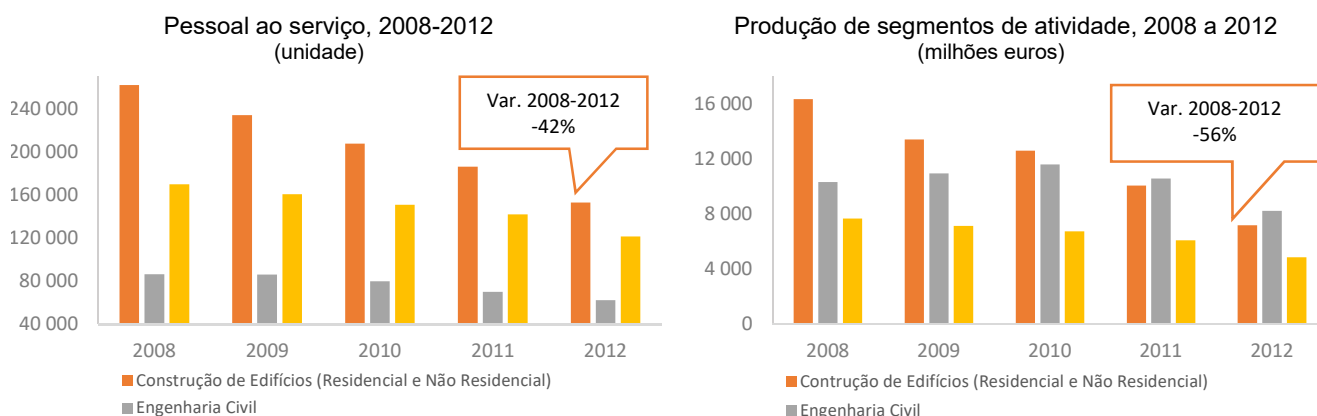
O setor da construção ocupa na maioria das economias nacionais um lugar importante, gerando uma parte significativa do PIB, sendo responsável por milhares de postos de trabalho, nomeadamente nas micro e pequenas empresas. Este setor é, também, um grande consumidor de produtos intermédios e de serviços conexos pelo que o seu desempenho pode afetar de forma significativa o desenvolvimento da economia global. No período da crise económica e financeira, o setor da construção foi um dos mais afetados tendo as obras de construção de edifícios e de infraestruturas registado uma quebra de 16%, entre janeiro de 2008 e novembro de 2011, na média da UE-27⁶ (COM(2012) 433 final, Bruxelas, 31.7.2012).

Em resposta aos desafios identificados, a Comissão Europeia apresentou a Estratégia Europeia para Promover a Competitividade do Setor da Construção⁷. Esta estratégia visava ajudar as empresas do setor da construção a superar os constrangimentos que enfrentavam no final da primeira década de 2000 e até 2020.

Para o curto prazo, a tónica foi colocada na necessidade de apoiar o crescimento e o emprego no setor da construção, em resposta à crise. Já no longo prazo, os desafios que a indústria enfrenta exigem uma abordagem concertada e coordenada a nível europeu para melhorar o funcionamento da cadeia de valor, especialmente através de parcerias voluntárias entre os setores público e privado e, se necessário, de um quadro regulamentar adequado.

A Estratégia Europeia para Promover a Competitividade do Setor da Construção assenta em cinco objetivos chave: Promover condições favoráveis ao investimento; Fomentar a formação dos recursos humanos; Melhorar o uso eficiente dos recursos, o desempenho ambiental e aumentar as oportunidades de negócio; Reforçar o mercado interno da construção e Reforçar a posição competitiva das empresas europeias da construção no mercado global.

Em Portugal, no período da crise económica e financeira global, o setor da construção sofreu uma considerável quebra de produção com consequências negativas ao nível do desemprego. No período de 2008 a 2012 a produção do setor registou uma queda de 42% e no pessoal ao serviço 35%, sendo a construção de edifícios (residencial e não residencial) o segmento mais afectado, evidenciando quedas de 42% e 56% no emprego e na produção respetivamente, no mesmo período.



Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

⁶ Comunicado de imprensa n.º 169/2011 do Eurostat, de 17 de novembro de 2011.

⁷ Bruxelas, 31.7.2012, COM(2012) 433 final: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52012DC0433&from=EL>

Segundo o Euroconstruct⁸, a produção total da construção, em Portugal, registou quedas de 10% e 15,5% em 2011 e 2012, respectivamente. O segmento da construção residencial foi o mais afetado pela crise, declinando fortemente a partir de 2009, em linha com a pronunciada queda dos indicadores de confiança. No entanto, após um novo declínio em 2013, previa-se, na altura, que crescesse mais do que os outros dois setores em 2014/2015 (anexo I).

A construção não residencial, durante 2009/2012, não contraiu tanto como o setor residencial, mas antevia-se uma descida mais acentuada em 2013, prevendo-se para 2014/2015 uma recuperação marginal. Este setor foi atingido por uma série de fatores interligados, incluindo o enfraquecimento do consumo privado, as finanças públicas fracas, falta de competitividade internacional das empresas do setor entre outros (anexo I).

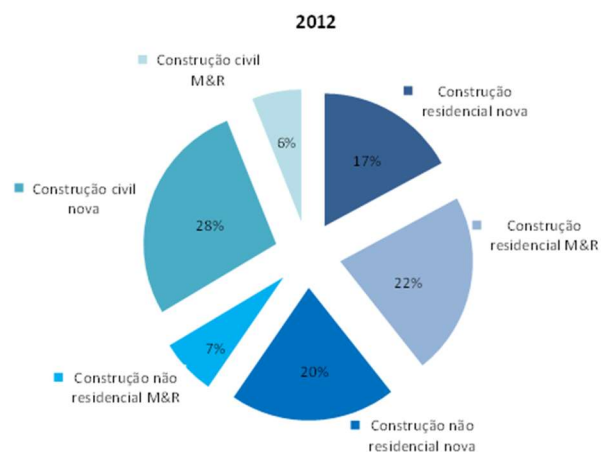
A construção civil teve melhores resultados relativamente aos anteriores segmentos, sofrendo um declínio menor a partir de 2010.

No seguimento da Estratégia Europeia para a Competitividade do Setor da Construção e da identificação dos constrangimentos para a atividade das empresas deste setor no plano nacional, o Governo Português e a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) assinaram um Compromisso⁹, em março de 2013, intitulado por Compromisso para a Competitividade Sustentável do Sector da Construção e do Imobiliário, que previa a concretização de mais de 50 medidas e ações de apoio à reconversão e de relançamento do setor da construção e imobiliário.

O documento de Compromisso identificava os domínios prioritários e as respetivas ações a implementar das quais se sumarizam no quadro em anexo (anexo II). Os domínios prioritários considerados neste Compromisso são sete e abrangem várias áreas de intervenção:

- 1 - Promoção do emprego e requalificação dos trabalhadores;
- 2 - Melhorar o acesso ao financiamento e promover investimento empresarial;
- 3 - Promover uma política de investimentos públicos estruturais;
- 4 - Incentivar a internacionalização e a inovação empresarial;
- 5 - Dinamizar a reabilitação urbana e o mercado de arrendamento;
- 6 - Promover a redução dos custos de contexto: Contratação pública; Licenciamento; Segurança e saúde no trabalho;

Contudo, esperava-se um forte agravamento em 2013, seguido de uma recuperação ligeira, tal como, com a construção não residencial (anexo I). Em 2012, o setor da construção residencial representava 39% do output total da construção, a construção não-residencial 27% e a engenharia civil 34%, ver figura seguinte (M&R – manutenção e renovação)



Fonte: autores com base em 75 th EUROCONSTRUCT Conference, June 2013

⁸ Country report (PT), 75 th EUROCONSTRUCT Conference, June 2013

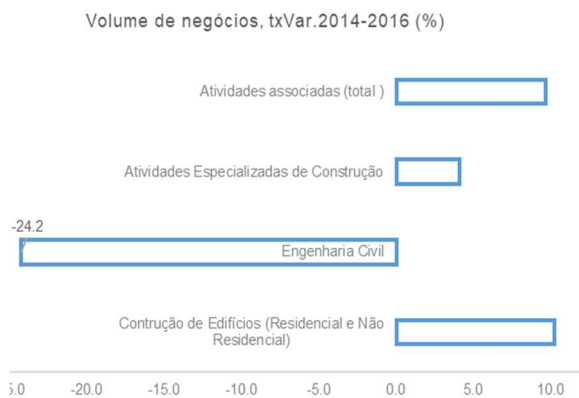
⁹ http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/documentos_de_iniciativas_estrategicas/compromisso_governo_CPCI.pdf

7 - Promover a sustentabilidade ambiental do sector.

Este compromisso nacional estava alinhado com a Estratégia Europeia para a Competitividade Sustentável do sector da Construção e das suas empresas, aprovada pela Comissão Europeia, em julho de 2012. A monitorização da sua execução técnica foi atribuída ao InCI, I.P.¹⁰ (agora IMPIC, I.P.)¹¹. Em setembro de 2015, o Compromisso tinha uma taxa de execução de 77%, e as restantes medidas estavam em curso ou em preparação.

Do lado das empresas portuguesas do setor da construção também se registaram iniciativas para mitigar os efeitos da conjuntura económica e financeira (nacional e internacional) na sua atividade.

Quando, em 2014, houve uma redução acentuada dos preços internacionais de petróleo, que teve continuidade em 2015, isso traduziu-se numa desaceleração da economia angolana e numa rápida passagem a uma situação de desequilíbrio das contas públicas e externas influenciada pela quebra nas receitas com a exportação de petróleo. A economia portuguesa, estando exposta de forma significativa aos desenvolvimentos económicos naquele país, sofreu um impacto negativo nas exportações e em várias atividades económicas, nomeadamente, o setor da construção. Em 2016, apesar da queda acentuada da atividade, Angola ocupava a primeira posição na atividade internacional das empresas de construção portuguesas, tendo representado 26% do volume de negócios externo deste setor. O segmento da Construção Civil foi fortemente afectado, tendo registado uma queda de cerca de 24% no volume de negócios face a 2014.



Fonte: Autores com base no INE, SCIE (extraído em 2020)

Neste contexto, de acordo com um documento elaborado pela consultora Deloitte, que analisou a conjuntura do setor e apresentou soluções convertidas em ações, a Agenda do Sector da Construção de 2015 a 2017¹² (Anexo III) surgiu como uma iniciativa estratégica do setor que se baseava em três eixos: Parcerias Estratégicas para o Crescimento e Financiamento; Eficiência da Operação e Optimização Tecnológica e Capital Humano ajustado às exigências do setor da construção.

Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o Setor AEC

A Plataforma Tecnológica Portuguesa de Construção (PTPC)¹³ tem como missão, a promoção da reflexão sobre a fileira da arquitetura, engenharia e construção (AEC), e implementação de iniciativas e projectos de investigação, desenvolvimento e inovação, que possam contribuir para o incremento da respectiva competitividade no quadro geral da economia. Para este efeito, congrega e promove a cooperação entre empresas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), associações,

¹⁰ InCI, I.P. – Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

¹¹ IMPIC, I.P. - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

¹² Deloitte (2015), Agenda do Setor da Construção de 2015 a 2017

¹³ Plataforma Tecnológica Portuguesa de Construção (PTPC). <https://www.ptpc.pt/index.php/pt/>

federações, confederações, entidades públicas ou privadas, do sector da construção e obras públicas ou conexas.

No âmbito da atividade da PTPC várias ações têm sido promovidas, visando o fomento da competitividade, da internacionalização e do crescimento sustentável do setor da construção. Estas iniciativas ancoram-se em objetivos estratégicos para o setor e consideram a conjuntura nacional e internacional.

Neste contexto, surge o “Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o Setor AEC”, documento, elaborado com a participação de um conjunto alargado de *stakeholders* do setor AEC e em colaboração com Deloitte Consultores S.A., que define as principais linhas de orientação estratégica que guiarão a atuação do setor para a próxima década, bem como um conjunto de projetos estruturantes que permitirão concretizar a estratégia definida. Este Plano, apresentado no 7º Fórum Estratégico da PTPC¹⁴, em dezembro de 2018, assume-se como o principal instrumento estratégico para o desenvolvimento do setor AEC nacional e assenta em 6 linhas de orientação estratégicas para o sector de Construção:

1. Fomentar a I&D, a inovação e a capacitação tecnológica

O setor caracteriza-se por uma relativa resistência à Inovação e I&D e pela adoção lenta de novas tecnologias e de processos modernos de gestão e operação.



Apostas indicativas

- Capacitar tecnologicamente o tecido empresarial em torno de áreas/tecnologias/vertentes estratégicas para o setor AEC (tecnologias de RA, BIM, Impressão 3D, etc.), promovendo uma progressão da maturidade tecnológica no setor;
- Fomentar a transformação digital do setor AEC e da sua cadeia de valor (Construção 4.0), com enfoque na digitalização da *supply-chain* e *procurement*, bem como na modernização do ambiente construtivo, tirando partido de ferramentas colaborativas (BIM, IoT, etc.);
- Adotar, em larga escala, os princípios da Eficiência Energética e Economia Circular, quer em matéria de utilização eficiente de recursos, quer ao nível da ecoeficiência dos edifícios e mobilidade urbana sustentável (NZEB e *Smart Cities*);
- Fomentar a gestão da inovação e da I&D no seio do setor AEC, com enfoque para as pequenas e médias empresas.

¹⁴ <https://www.ptpc.pt/index.php/pt/494-7-forum-estrategico-ptpc>

2. Fomentar as práticas de transferência de tecnologia no setor

Participação das empresas da Construção em projectos de I&D e Inovação¹:



¹ Projetos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos à I&D Empresarial e à Inovação Produtiva

² Dados reportados a maio de 2018

Apostas indicativas

- Promover o desenvolvimento de projetos de I&D em cooperação entre empresas e a academia em torno de áreas científicas e tecnológicas prioritárias;
- Promover a formação e a transferência de conhecimento científico e tecnológico entre as entidades do SI&I e o mundo empresarial;
- Promover a implementação de programas de doutoramento em ambiente empresarial, numa perspetiva de estreitamento da ligação entre universidades e empresas, aproximando o conhecimento da criação de valor;
- Empreender iniciativas de diplomacia científica de larga escala a nível nacional, promovendo a criação de laboratórios colaborativos na área da engenharia.

3. Reformar o ensino e a formação profissional no setor

A evolução do número de inscritos e diplomados nas áreas de arquitetura e engenharia civil e construção tem diminuído nos últimos anos, em face de um conjunto de fatores que contribuíram para uma perceção negativa das referidas áreas técnico-científicas, destacando-se:

1. A imagem globalmente negativa do setor
2. O desalinhamento existente entre a oferta letiva e a evolução tecnológica do setor
3. As condições pouco atrativas de entrada no mercado de trabalho.

Apostas indicativas

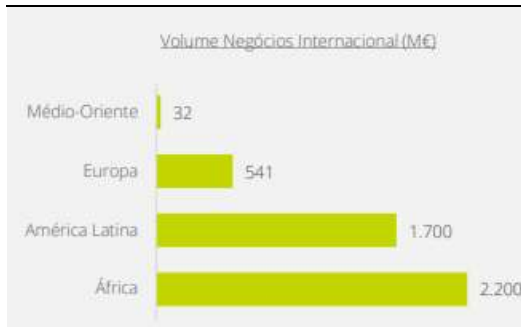
- Facilitar o alinhamento reforçado entre os currícula universitários e as empresas, alavancado numa visão prospetiva das necessidades do setor AEC;
- Reforçar os conteúdos formativos universitários em torno das tecnologias de informação e comunicação e na área do pensamento computacional;
- Apostar em programas de formação profissional em tecnologias de informação e comunicação, contribuindo para a valorização do potencial humano do setor AEC;
- Promover a visibilidade do setor AEC junto das camadas mais jovens, com vista a aumentar a atração de talento, bem como a formação de profissionais de qualidade no setor.

4. Alavancar o posicionamento competitivo das empresas nacionais a nível global

O continente africano continua a representar o principal mercado externo das empresas nacionais da construção, tendo representado cerca de metade do volume de negócios externo. As empresas nacionais deverão ter a capacidade de diversificar a sua presença internacional, aproveitando novas oportunidades.

Apostas indicativas

- Consolidação da oferta de bens e serviços das empresas do setor e promoção da cooperação económica empresarial como veículos para o reforço da capacidade exportadora das PME;
- Promover a imagem, notoriedade e reconhecimento internacional das empresas do setor AEC;



- Diversificar as geografias de atuação das empresas portuguesas por forma a diminuir o peso do continente africano no volume de negócios das empresas portuguesas.

5. Diversificar as fontes de financiamento dos *players* do setor

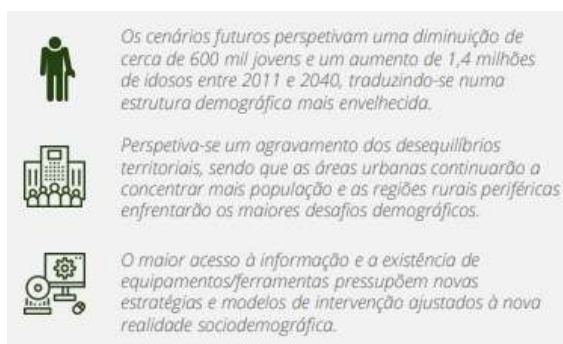
A elevada fragmentação e heterogeneidade do setor AEC, com diferenças marcadas ao nível de *stakeholders*, produtos, tecnologias e operações, acentua a vulnerabilidade das empresas nacionais (sobretudo as PME) aos ciclos económicos globais.



Apostas indicativas

- Fomentar a diversificação das áreas de atividade das empresas nacionais do setor por forma a potenciar as fontes de financiamento e reduzir o peso da atividade core de construção, como fonte de receita por excelência;
- Estabelecer condições atrativas de acesso a financiamento/crédito para reduzir a descapitalização das empresas do setor AEC, sobretudo das PME;
- Influenciar e promover um elevado grau de alinhamento entre os investimentos no setor e as prioridades infraestruturais estratégicas a médio/longo-prazo definidas para Portugal, maximizando o atual e futuro modelo de financiamento através de fundos públicos.

6. Contribuir de forma significativa para fortalecer a coesão territorial e a sustentabilidade demográfica



Apostas indicativas

- Beneficiar do potencial diferenciador das cidades, do património e da reabilitação urbana como oportunidades para a aumentar a competitividade das empresas, do setor e do país;
- Fomentar a criação de “centralidades” no interior do país que possam constituir-se como polos de atração para novas comunidades, pela valorização do património e dos valores naturais, associada à proximidade de infraestruturas de apoio social.

Fonte: adaptado de “Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o setor AEC”, (dezembro de 2018)

A Plataforma Tecnológica Portuguesa de Construção é a entidade gestora do Cluster AEC - Arquitetura, Engenharia e Construção. O Cluster AEC assenta a sua estratégia na I&D e Inovação e na internacionalização como principais motores da competitividade do setor da arquitetura, engenharia e

construção a nível nacional, procurando sobretudo fomentar relações e sinergias entre os diversos atores do setor e em toda a cadeia de valor.

Em março de 2019, o Cluster AEC, através da sua entidade gestora, assinou um Pacto Setorial para a Competitividade e Internacionalização do Setor AEC¹⁵ com o Ministério da Economia¹⁶.

No âmbito da cerimónia de assinatura dos Pactos Setoriais para a Competitividade e Internacionalização, em comunicado, na página do governo, pode ler-se “O Cluster AEC - Arquitetura, Engenharia e Construção (59 associados) pertence a uma fileira responsável por mais de 551.729 postos de trabalho e 37,48 mil milhões de euros de volume de negócios, que representam cerca de 20% do PIB”¹⁶. E ainda “Estes Pactos têm como objetivo mobilizar a sociedade civil para uma estratégia e missão comuns, associadas às dinâmicas de trabalho em rede, indutoras do desenvolvimento de iniciativas colaborativas orientadas para a concretização de objetivos comuns”.

O Pacto do setor AEC estabelece os seguintes compromissos:

- a. Promover a transformação e modernização do tecido industrial existente, estimulando a capacidade concorrencial das empresas dos vários segmentos e reforçando a aposta no investimento qualificado e na inovação, garantindo a sua adaptação às mudanças em curso ou antecipáveis no futuro;
- b. Fomentar a internacionalização das empresas do setor, a promoção externa e a sua integração em cadeias de valor internacionais, no quadro das políticas públicas definidas no âmbito do Programa Internacionalizar;
- c. Antecipar e preparar a evolução das necessidades da indústria, designadamente em termos de competências e empregos, realizando estudos prospetivos de avaliação de impacto e tendências; acompanhando e dialogando com as empresas, os trabalhadores e os parceiros sociais; e incentivando a aposta na formação e na atração de jovens e talento para o setor;
- d. Contribuir para a transição energética e ecológica, reduzindo as emissões poluentes na indústria, incentivando o desenvolvimento de uma economia circular nos processos produtivos e mantendo a aposta na investigação e desenvolvimento de mecanismos de eco construção e de novos materiais e equipamentos.
- e. Melhorar a envolvente empresarial, incluindo o estímulo das dinâmicas colaborativas e os mecanismos de adaptação regulamentar suscetíveis de melhorar o investimento empresarial e a redução de custos de contexto.

Fonte: Pacto Setorial para a Competitividade e Internacionalização do Setor AEC (2019)

Estes compromissos assentam numa estratégia de eficiência colectiva cujas medidas e acções estão orientadas para quatro áreas chave, que são: Inovação e Conhecimento; Qualificação e Formação Profissional de Recursos Humanos; Promoção Externa e Internacionalização e Sustentabilidade do Setor.

No contexto do Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o setor AEC foi definido um Plano de Ação na ótica do Cluster AEC, enquanto entidade com um espaço de intervenção abrangente no setor, com as necessárias articulações com as dimensões consideradas prioritárias.

¹⁵ <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Eficiencia-Coletiva-e-Clusters/DOCS/Protocolo-Cluster-AEC.aspx>

¹⁶ <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=pactos-setoriais-para-a-competitividade-e-internacionalizacao-assinados-entre-governo-e-mais-de-690-entidades>

Plano de Ação do Cluster AEC

Áreas Estratégicas	Ações
Inovação e conhecimento	<p>Fomentar a I&D, a inovação e a capacitação tecnológica</p> <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização e alinhamento de todos os <i>stakeholders</i> para a importância da mudança digital Criação de um centro de competências nacional que permita posicionar Portugal como um centro de engenharia NZEB (“<i>Nearly Zero Energy Buildings</i>”) de excelência na Europa Desenvolvimento de normas, manuais e guias de apoio ao setor, divulgando e facilitando o acesso ao conhecimento 04 Promoção do recurso a análises do ciclo de vida, com enfoque em soluções e produtos que utilizem menores recursos naturais
	<p>Fomentar as práticas de transferência de tecnologia no setor</p> <ul style="list-style-type: none"> Dinamização de processos de inovação aberta por via de programas de transferência de tecnologia e <i>matchmaking</i>, reforçando as relações entre os centros de saber e o tecido empresarial Criação de um <i>living lab</i> para o setor AEC, promovendo a utilização de tecnologias/metodologias avançadas de simulação e experimentação de novos produtos/serviços/processos intra-setoriais
Qualificação e formação profissional	<p>Potenciar as reformas do ensino e da formação profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementação de programa de formação profissional em tecnologias de informação e na área do “pensamento computacional” Promoção da imagem do setor AEC como um setor inovador e com potencial de crescimento junto dos jovens em idade escolar, disseminando práticas inovadoras e melhorando a atratividade do setor Criação de <i>working groups</i> para a qualificação e formação do setor AEC, promovendo o debate em torno das áreas críticas para a valorização do potencial humano no setor
Internacionalização	<p>Alavancar o posicionamento competitivo das empresas nacionais a nível global</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de marca <i>umbrella</i> associada ao Cluster AEC, assente numa oferta complementar de produtos/serviços Criação de uma plataforma estratégica para a internacionalização e exportação, facilitando o estabelecimento de acordos e parcerias estratégicas que agilizem a entrada em mercados externos Consolidação da oferta interna de bens e serviços e da capacidade exportadora das PME associadas através da criação e dinamização de <i>working groups</i> de exportação
Financiamento	<p>Diversificar as fontes de financiamento dos players do setor</p> <ul style="list-style-type: none"> Definição de uma estratégia de posicionamento do setor da construção junto das agências de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais Criação e dinamização de <i>working groups</i> em torno das Políticas Públicas Implementação de um programa de sensibilização e envolvimento dos empresários em projetos-piloto de desenvolvimento de novos serviços/produtos
Coesão Territorial	<p>Contribuir de forma significativa para fortalecer a coesão territorial e a sustentabilidade demográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> Reabilitação urbana para acolhimento de atividades empresariais, articulando ações de reabilitação urbana com a atividade do tecido empresarial Promoção de projetos destinados à minimização dos efeitos da “iliteracia” informática da população idosa permitindo -lhes assim o acesso a serviços suportados em plataformas tecnológicas

Fonte: adaptado de “Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o setor AEC”, (dezembro de 2018)

Efetivamente, existe um forte compromisso com a competitividade e a sustentabilidade do setor da Construção evidenciado, por um lado, pelo acentuado dinamismo empresarial e das associações empresariais do setor em articulação com as instituições governamentais e, por outro lado, pelo robusto suporte legal e normativo nacional e internacional.

6. Desafios e prospetivas para as empresas do setor da construção no quadro nacional

A Comissão Europeia, na sua comunicação, COM (2012) 433 final¹⁷, identifica vários desafios que o setor da construção enfrentava. Para além dos efeitos negativos da crise económica e financeira de 2008, a forte concorrência de operadores não europeus faz-se sentir não só em mercados internacionais, mas também no mercado interno, com forte impacto nas obras de infraestruturas.

Esta concorrência externa nem sempre funciona de forma equitativa, sendo as empresas da UE frequentemente confrontadas com custos muito mais elevados do que as empresas não europeias. E ainda, as questões energéticas e ambientais criaram uma nova dinâmica entre as empresas e estimularam várias iniciativas do setor público que se tornaram fatores essenciais para a concorrência no mercado.

As empresas de construção também se confrontaram com as exigências dos objetivos climáticos, energéticos e ambientais, implicando alterações significativas que o setor dificilmente poderia pôr em prática sem um quadro regulamentar adequado.

A estes desafios acresciam os problemas estruturais que o setor da construção tem vindo a apresentar, nomeadamente a falta de mão-de-obra especializada em muitas empresas, a pouca atratividade para os jovens devido às condições de trabalho, a reduzida capacidade de inovação e o fenómeno do trabalho não declarado.

Em Portugal, a crise global de 2008 também foi um grande desafio para as empresas da construção, afetando fortemente o desempenho do setor e conduzindo a uma quebra na produção de cerca de 44% nos últimos dez anos.

As empresas nacionais enfrentaram forte concorrência de países terceiros tanto nos mercados internacionais como no mercado interno. A atividade internacional das empresas de construção portuguesas, em 2016, distribuiu-se por 39 países, estando, no entanto, centrada nos mercados de África (49%) e da América Central e do Sul (38%). O continente africano permaneceu o principal mercado externo das empresas nacionais da construção, tendo representado cerca de metade do volume de negócios externos, o que implica uma grande exposição ao ambiente económico desses países.

No quadro nacional, o emprego no setor AEC igualmente tem vindo a ser marcado por um estigma negativo, segundo a análise da Deloitte¹⁸, os fatores que contribuíram para esta perceção negativa são, nomeadamente, "(i) a crise no setor AEC, (ii) a imagem globalmente negativa do setor, sobretudo da profissão de engenheiro civil quando em comparação com outras áreas da engenharia, (iii) o desalinhamento existente entre a oferta letiva e a evolução tecnológica do setor, bem como (iv) as condições pouco atrativas de entrada no mercado de trabalho".

A fileira da Construção assinala uma relativa resistência à inovação e à I&D e regista uma adoção lenta de novas tecnologias e de processos modernos de gestão e operação. O setor AEC apresenta despesas com a investigação e a inovação bastante limitadas em comparação com a indústria transformadora em geral. As empresas do setor da construção privilegiam a integração nas suas atividades de soluções tecnológicas externas disponíveis, não investindo na criação de soluções próprias e, mantêm as condições de mão-de-obra intensiva da atividade.

¹⁷ Bruxelas, 31.7.2012, COM(2012) 433 final: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52012DC0433&from=EL>

¹⁸ In "Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o Setor AEC" (2018)

Outros desafios, cuja pressão tem vindo a aumentar sobre as empresas do setor da construção, nomeadamente, a digitalização crescente da economia, a adoção de práticas de circularidade na fileira da construção e a melhorar a eficiência energética das atividades do setor.

No período 2008-2018, os desafios para o setor da construção podem ser sintetizados:

âmbito	Desafios/Constrangimentos
Social	Imagem negativa do trabalho da construção na opinião pública
	Significativo emprego informal e não declarado
	Evolução demográfica desfavorável
Económico	Baixa qualificação dos recursos humanos
	Reduzidas taxas de produtividade
	Nível de atividade muito dependente do clima económico
	Descapitalização do tecido empresarial, impondo restrições ao desenvolvimento económico de algumas empresas
	Abertura do mercado nacional a empresas estrangeiras, originando saturação
	Elevada fragmentação empresarial
	Debilidade económica de algumas empresas e deficiente capacidade estratégica empresarial para assumir novos desafios (i.e. digitalização, eco-construção, eficiência energética)
	Perda de competitividade no mercado internacional e concorrência de países terceiros
Tecnológico	Insuficiente industrialização do processo produtivo e atraso na introdução de novas tecnologias
	Baixo investimento em I+D+i e dificuldade de relacionamento entre empresas e as instituições de investigação
Legal	Poucas barreiras à entrada de empresas pouco qualificadas e barreiras à entrada de empresas Portuguesas em mercados internacionais
	Restrições ao investimento público em construção
Político	Imprevisibilidade a médio-prazo conexas com as prioridades públicas em matéria de investimentos em infraestruturas
	Elevada dependência do investimento público em construção

Fonte: adaptado de várias fontes¹⁹

Analisando vários estudos e documentos estratégicos nacionais e internacionais (em particular europeus), destacam-se algumas tendências tecnológicas globais para o setor, no médio prazo, conducentes ao aumento de produtividade e da competitividade no mercado global (ver quadro seguinte).

¹⁹ Vários documentos (Comissão Europeia; INCI/IMPI; AECOPS; FEPICOP; CPCI; PTPC; Deloitte)

Tendências tecnológicas globais	
Construção 4.0 Adoção de tecnologias disruptivas e enquadradas no conceito de Indústria 4.0	Building Information Modelling (BIM) e Internet-of-things (sensores e dispositivos inteligentes) para otimizar atividades de suporte
	Advance analytics e cloud computing na personalização de edifícios e disponibilidade de informações
	Digitalização da supply-chain
	Ciber-segurança associada a Smart Buildings/Cities
Novos materiais e processos	Modularização de edifícios
	Recurso a drones e robots para suporte às atividades de construção
	Impressão 3D de estruturas exteriores e outros componentes
	Materiais avançados e inteligentes
Eficiência energética	Materiais de construção sustentáveis
	Economia Circular
	Adoção de tecnologias para fomentar a ecoeficiência dos edifícios
	Adoção de sistemas de contratação pública verde

Fonte: adaptado de “Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o setor AEC”, (dezembro de 2018)

Neste contexto, a cooperação entre os vários atores do setor da construção é considerada essencial no sentido de alavancar a atividade económica através da criação e do reforço de parcerias estratégicas, em particular no investimento no estabelecimento de redes de colaboração lideradas pelas empresas do setor.

Apesar do setor caracteriza-se pela adoção lenta de novas tecnologias e de processos modernos de gestão e operação, segundo o documento estratégico para a inovação e competitividade do setor AEC, prevê-se que a evolução do setor assente, em três grandes vetores de mudança.



Fonte: “Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o setor AEC”, (dezembro de 2018)

Por um lado, a componente tecnológica, associada ao surgimento do modelo da digitalização, a designada “Construção 4.0” apresenta oportunidades ao setor AEC, nomeadamente, em matéria de transformação dos modelos operativos, de supply-chain e da relação com os clientes.

Por outro lado, a dinâmica dos mercados e das estratégias de internacionalização, implicarão novas abordagens por parte das empresas nacionais. Segundo o referido documento estratégico, era expectável o aumento do nível de industrialização prospetivado para as economias asiáticas, implicando o aumento significativo dos seus investimentos em ativos e infraestruturas associadas ao setor da construção.

Por último, as dinâmicas demográficas e os desafios sociais estão no grupo dos principais factores influenciadores das políticas públicas e dos investimentos futuros, assumindo um papel importante na configuração dos territórios. Em todos os cenários, as previsões apontam para uma contínua diminuição de população, com implicações em diversos sectores de actividade.

7. Conclusão

No período compreendido entre 2008 e 2018 o valor acrescentado bruto (VAB) e formação bruta de capital fixo (FBCF) da construção apresentaram uma tendência maioritariamente decrescente e negativa, sendo que 2012 foi o ano em que apresentaram valores mais negativos, acompanhando a variação anual mais negativa que também se verificou no PIB.

No período de 2015 a 2018, registou-se uma recuperação sustentada com as três variáveis em terreno positivo. O ano 2017 foi o ano em que se atingiram valores máximos de crescimento, no caso do VAB da construção foi de 5,3%, da FBCF da construção de 12,2% e do PIB de 3,5%. No ano seguinte, 2018, foi marcado por um abrandamento do crescimento destes indicadores verificando-se 3,1%, 4,6% e 2,4% para o VAB da construção, para a FBCF da construção e para o PIB, respetivamente.

O peso do VAB da construção no VAB total e no PIB apresentou uma tendência decrescente desde 2008, ano em que o VAB da construção tinha um peso de 6,7% no VAB total. Em 2016 este valor diminuiu 2,4 pp em relação a 2008, representando apenas 4,0% do VAB total, o valor mais baixo no período analisado. Em 2018, o peso do VAB da construção no VAB total apresentou uma ténue melhoria para 4,2%.

A Construção de Edifícios é o segmento com maior peso no VAB total. Apesar de apresentar uma tendência decrescente até 2013, ano em que atingiu os 32,3%, este segmento continuava a ser o mais representado em 2018, com 40,8%, seguido pelo segmento das Atividades Especializadas de Construção, com 36,7%, que ao longo dos anos tem vindo a apresentar uma tendência crescente.

O peso da FBCF da construção na FBCF total manteve-se relativamente estável entre 2008 e 2010, em cerca de 57%, com 2009 a ser a exceção, ao verificar-se uma recuperação do peso do investimento da construção no investimento total e a atingir os 57,9%, situação que pode ser explicada pela queda acentuada do investimento total neste ano (7,5%) que foi maior que a queda do investimento da construção (6,9%). Entre 2011 e 2016 assistiu-se a uma correção forte, em que a FBCF da construção representou apenas 48,3% da FBCF total em 2016. A partir de 2017 começou a assistir-se a uma nova recuperação, com o peso de 2018 a aumentar ligeiramente face a 2017, situando-se nos 50,3%. Apesar das oscilações, tem-se verificado que a FBCF da construção continua a ter um elevado peso na FBCF total.

À semelhança do VAB e da FBCF da construção, o nível do emprego também apresentou uma evolução negativa entre 2008-2014, agravando-se em 2012 quando a variação anual do emprego da construção atingiu uma queda de 20,3%. A partir de 2015, o emprego da construção recupera para terreno positivo, registando o valor máximo (4,6%) em 2017, voltando a cair 3,4% em 2018.

No período 2008-2018 o peso do emprego da construção apresentou uma tendência decrescente, tendo em 2016 atingido um mínimo ao situar-se em apenas 5,9%, o que corresponde a uma variação de -4 pp relativamente a 2008, ano em que o emprego da construção respondia por cerca de 10% do emprego total. Em 2018, o emprego da construção correspondia a 6,1% do emprego total, representando uma quebra de 3,8 p.p., relativamente à situação de 2008.

Entre o ano de 2008 e 2014 verificou-se um decréscimo acentuado no número de empresas da construção (125 mil em 2008 para cerca de 78 mil em 2014), tendo-se constatado a partir de 2015 uma ligeira recuperação neste indicador, atingindo as 83 mil em 2018.

O peso das empresas com atividade na área da construção em relação ao total das empresas portuguesas diminuiu ao longo do período em análise, com uma quebra de 4,2 p.p. entre 2008 e 2018. Neste último ano as empresas associadas à construção representavam 9,3% do total de empresas.

No total da UE-28, o setor da construção, em 2018, tinha, em média, um peso de 5,5% no total do VAB da economia europeia. Os países no qual o VAB da construção tem maior expressão na economia são a Eslováquia (7,9%), Polónia (7,7%) e Finlândia (7,3%). Do lado oposto, os países que apresentam um menor peso do VAB da construção no total da economia são a Irlanda (2,8%), Portugal (4,2%) e Bulgária (4,2%). Portugal encontra-se assim no grupo de países em que a construção tem um menor peso no total da economia, ficando mesmo abaixo da média europeia.

No contexto da UE-28, tanto em 2008 (57%) como em 2018 (50%) Portugal ficou próximo da média de União Europeia no que toca ao peso da FBCF da construção na FBCF da economia, com o Chipre a liderar em 2008 (69,3%), enquanto em 2018 a liderança foi da Finlândia (60,6%).

Em 2017 a produtividade aparente do setor da construção em Portugal era de cerca de 19 mil euros, abaixo dos 44 mil euros da média da UE-28. O setor da construção em Portugal opera deste modo de uma forma menos eficiente que a média da União Europeia, mas, ainda assim, à frente de 9 estados-membros. Os países onde o setor da construção é menos eficiente são a Bulgária (11 mil euros), Roménia (12 mil euros) e Letónia (14 mil euros), contrariamente ao Reino Unido (72 mil euros) e à Irlanda (67 mil euros), países que detém o setor da construção mais eficiente.

Em Portugal, no período de 2008 a 2012, a produção do setor registou uma queda de 42% e no pessoal ao serviço 35%, sendo a construção de edifícios (residencial e não residencial) o segmento mais afetado, evidenciando quedas de 42% e 56% no emprego e na produção respetivamente.

Para contrariar esta situação, o Governo Português e a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) assinaram um Compromisso, em março de 2013, que previa a concretização de mais de 50 medidas e ações de apoio à reconversão e de relançamento do setor da construção e imobiliário, assentes nas seguintes prioridades: 1 - Promoção do emprego e requalificação dos trabalhadores; 2 - Melhorar o acesso ao financiamento e promover investimento empresarial; 3 - Promover uma política de investimentos públicos estruturais; 4 - Incentivar a internacionalização e a inovação empresarial; 5 - Dinamizar a reabilitação urbana e o mercado de arrendamento; 6 - Promover a redução dos custos de contexto: Contratação pública; Licenciamento; Segurança e saúde no trabalho; 7 - Promover a sustentabilidade ambiental do sector. Em setembro de 2015, o Compromisso tinha uma taxa de execução de 77%, estando as restantes medidas em curso ou em preparação

No âmbito da atividade da PTPC (Plataforma Tecnológica Portuguesa de Construção), em 2018, surge o “Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o Setor AEC”, que assenta em 6 linhas de orientação estratégicas para o sector de Construção: 1) Fomentar a I&D, a inovação e a capacitação tecnológica; 2) Fomentar as práticas de transferência de tecnologia no setor; 3) Reformar o ensino e a formação profissional no setor; 4) Alavancar o posicionamento competitivo das empresas nacionais a nível global; 5) Diversificar as fontes de financiamento dos *players* do setor; 6) Contribuir de forma significativa para fortalecer a coesão territorial e a sustentabilidade demográfica;

Em complemento, o Cluster AEC, que é gerido pela PTPC, assenta a sua estratégia na I&D e Inovação e na internacionalização como principais motores da competitividade do setor da arquitetura, engenharia e construção a nível nacional, procurando sobretudo fomentar relações e sinergias entre os diversos atores a cadeia de valor do setor.

Identificam-se vários desafios que o setor da construção português enfrentou no período 2008-2018:

- Os efeitos negativos da crise económica e financeira global, de 2008;

- Forte concorrência (desigual) de operadores não europeus, não só em mercados internacionais, mas também no mercado interno;
- A digitalização crescente da economia, a adoção de práticas de circularidade na fileira da construção e a melhorar a eficiência energética das atividades do setor.
- Um quadro político e regulamentar adequado para responder às exigências da digitalização, das práticas ambientais e energéticas;
- A estes desafios acrescem os problemas estruturais que o setor da construção tem vindo a apresentar, nomeadamente a falta de mão-de-obra especializada em muitas empresas, a pouca atratividade para os jovens devido às condições de trabalho, a reduzida capacidade de inovação e o fenómeno do trabalho não declarado.

Destacam-se algumas tendências tecnológicas a nível global para o setor, no médio prazo, conducentes ao aumento de produtividade e da competitividade no mercado global:

- A Construção 4.0 (digitalização do setor da construção);
- Os novos materiais e processos, e
- A Eficiência energética.

Neste contexto, a cooperação entre os vários atores do setor da construção nacional é considerada essencial no sentido de alavancar a atividade económica através da criação e do reforço de parcerias estratégicas, em particular no investimento no estabelecimento de redes de colaboração lideradas pelas empresas do setor.

Apesar do setor caracterizar-se pela adoção lenta de novas tecnologias e de processos modernos de gestão e operação, prevê-se que a evolução do setor assente, em três grandes vetores de mudança:

- Transformação tecnológica;
- Dinâmica dos mercados;
- Desafios sociodemográficos.

8. Referências e Fontes

- AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços
- AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas
- Banco de Portugal, Estatísticas - Empréstimos concedidos a famílias;
- Comissão Europeia (2012). “Estratégia para a competitividade sustentável do setor da construção e das suas empresas”. Bruxelas, 31.7.2012, COM(2012) 433 final. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52012DC0433&from=EL>
- CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário
- Deloitte (2015). “Agenda do Setor da Construção de 2015 a 2017”.
- Euroconstruct (2012). “Perspetivas para a construção até 2014”. 73 th Euroconstruct Conference, June 2012;
- Euroconstruct (2013). “Copenhagen Country Report, Portugal”. 75 th Euroconstruct Conference, June 2013
- Euroconstruct (2013). “Copenhagen Summary Report”. 75 th Euroconstruct Conference, June 2013
- Eurostat, Comunicado de imprensa n.º 169/2011 do Eurostat, de 17 de novembro de 2011.
- Eurostat, Contas Nacionais.
- FEPICOP - Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas
- Gabinete de Estratégia e Estudos (2020), “Síntese Estatísticas de Conjuntura”, Ministério da Economia
- Gov.Portugal e CPCI (2013). “Compromisso para a competitividade sustentável do setor da construção e imobiliário”. março 2013.
http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/documentos_de_iniciativas_estrategicas/compromisso_governo_CPCI.pdf
- IAPMEI. <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Eficiencia-Coletiva-e-Clusters/DOCS/Protocolo-Cluster-AEC.aspx>
- IMPIC, I.P. - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
- InCI, I.P. – Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.
- Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais e Estatísticas do Emprego;
- Instituto Nacional de Estatística, Sistema de Contas Integradas das Empresas;
- Plataforma Tecnológica Portuguesa de Construção (PTPC). <https://www.ptpc.pt/index.php/pt/>
- Portal do Governo PT. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=pactos-setoriais-para-a-competitividade-e-internacionalizacao-assinados-entre-governo-e-mais-de-690-entidades>
- PTPC (2018). “Plano Estratégico de Inovação e Competitividade 2030 para o Setor AEC”. 7º Fórum Estratégico da PTPC.
<https://www.ptpc.pt/index.php/pt/494-7-forum-estrategico-ptpc>

ANEXOS

ANEXO I

Portugal: Produção da Construção por Segmento de Mercado

	Volume (M Euros ¹) 2012	Tx de variação (volume)						
						Previsão		
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Construção residencial								
Nova	3.081	-30,0	-20,0	-13,0	-28,0	-28,0	-5,0	-3,0
Renovação	3.996	-3,0	-1,0	-3,5	-5,0	-4,0	1,0	2,0
Total	7.077	-20,8	-12,1	-8,5	-16,6	-14,4	-1,2	0,2
Construção não residencial								
Nova	3638	-4,0	-8,5	-17,0	-14,0	-21,0	-6,0	0,0
Renovação	1232	5,0	20,0	-5,0	-9,0	-8,0	-2,0	3,0
Total	4.870	-2,5	-3,5	-14,4	-12,8	-17,7	-4,9	0,9
Construção civil								
Nova	4951	4,0	-1,0	-8,5	-18,0	-25,0	-6,0	2,0
Renovação	1086	-5,0	0,0	-6,5	-8,0	-10,0	-2,0	2,0
Total	6.037	2,5	-0,8	-8,2	-16,4	-22,3	-5,2	2,0
Produção Total da Construção	17.984	-9,8	-6,2	-10,0	-15,5	-18,0	-3,5	1,0

¹⁾ Preços de 2012, excluindo impostos

Fonte: Adaptado de Country report (PT), 75 th EUROCONSTRUCT Conference, June 2013

ANEXO II

Domínios prioritários e ações a implementar

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS	AÇÕES A IMPLEMENTAR
1 - Promoção do emprego e requalificação dos trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> - Promover, através da formação profissional, a reorientação do tecido empresarial para áreas definidas como estratégicas para o setor da construção e imobiliário, nomeadamente no domínio da reabilitação urbana, da construção sustentável e da eficiência energética - Apoiar a criação de estágios profissionais adequados à especificidade do setor da construção de forma a promover a empregabilidade dos trabalhadores, nomeadamente o Programa Património Ativo - Avaliar a possibilidade dos Certificados de Aptidão Profissional emitidos no âmbito do Decreto-Lei nº 95/92, de 23 de maio, se manterem válidos sem limite de tempo. - Criar um programa com vista à qualificação e reconversão de desempregados oriundos do setor da construção civil
2 - Melhorar o acesso ao financiamento e promover investimento empresarial	<ul style="list-style-type: none"> - Reorientar o Empréstimo Quadro BEI para apoio ao investimento produtivo, ao funcionamento das empresas e à atividade exportadora - Criar instrumentos de financiamento dos processos de reestruturação de empresas, com destaque para o Programa Revitalizar - Estabelecer um adequado planeamento dos concursos no sistema de Incentivos até ao final do QREN - Apoiar o acesso ao financiamento das PME do setor da construção e imobiliário, através da Linha PME Crescimento - Criar um Regime Extraordinário de Incentivo ao Investimento Privado - Adotar um regime de IVA de Caixa para as PME
3 - Promover uma política de investimentos públicos estruturais	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer um adequado planeamento do investimento em infraestruturas - Alocar, até ao final da execução do QREN, cerca de 3.700 milhões de euros direcionados para investimentos em infraestruturas e equipamentos, com destaque para as áreas de “água e resíduos”, “educação, saúde e apoio social”, “acessibilidades” e “qualificação ambiental e reabilitação urbana” - Assegurar o envolvimento dos representantes económicos e sociais do setor na definição da estratégia para o domínio da valorização no processo de preparação do próximo período de programação de fundos comunitários 2014-2020 - Operacionalizar a elegibilidade da Iniciativa JESSICA Portugal (Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas) para objetivos de Eficiência Energética
4 - Incentivar a internacionalização e a inovação empresarial	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma Diplomacia Económica que reconheça o peso, a importância e as necessidades específicas do Setor - Reforçar as redes empresariais internacionais e os instrumentos de cooperação internacional - Apoiar ações coletivas de vigilância tecnológica no âmbito da Plataforma tecnológica Portuguesa da Construção - Criar condições para maior participação e integração do setor em programas europeus de investigação - Criar condições para acompanhar a listagem de requisitos do processo construtivo na execução no âmbito das redes transeuropeias - Apoiar a implementação de programas de adaptação ao novo contexto da economia do baixo carbono - Avaliar a criação de um Pólo de Competitividade e Tecnologia da Construção e Imobiliário de âmbito nacional
5 - Dinamizar a reabilitação urbana e o mercado de arrendamento	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma Comissão de Acompanhamento com a missão de proceder à monitorização da aplicação prática das recentes alterações legislativas à lei das rendas - Criar uma taxa autónoma em sede de IRS aplicável aos rendimentos do mercado de arrendamento urbano - Criar um novo programa de financiamento de particulares para a reabilitação integral de edifícios de habitação destinados a arrendamento - Prosseguir na simplificação dos procedimentos e redução de custos de licenciamento da reabilitação - Promover um novo programa nacional de reabilitação urbana “Reabilitar para Arrendar”, que visa a disseminação de operações de reabilitação urbana por todo o país - Elaborar um manual para facilitar os processos de criação e delimitação de áreas de reabilitação urbana - Criar um fundo destinado a servir como garantia de renda em caso de situações de incumprimento dos arrendatários

6 - Promover a redução dos custos do contexto	Contratação pública	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a eficiência energética, a qualidade do ar e a sustentabilidade - Publicar os articulados standards de cadernos de encargos de referência para uma correta definição do preço base nos Concursos no âmbito do PRONIC (Protocolo para a Normalização da Informação Técnica na Construção) - Consagrar a obrigatoriedade de utilização dos formulários de cadernos de encargos por tipos de obra - Promover o estabelecimento de regras uniformes relativas ao funcionamento e operacionalização das diversas plataformas eletrónicas - Assegurar o acompanhamento da aplicação prática do regime excecional de liberação das cauções
	Licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar um Código Técnico da Edificação que compilará toda a legislação técnica aplicável à atividade de construção - Promover a publicação de um novo regime excecional de extensão de prazos, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, para apresentação de requerimento de emissão de título de operação urbanística, de execução de obras e de caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia - Proceder à clarificação do despacho n.º 14574/2012, de 12 de novembro, que cria a comissão redatora do projeto de diploma legal que estabelecerá as “Exigências Técnicas Mínimas para a Reabilitação de Edifícios Antigos” - Promover a publicação dos requisitos legais a observar pelos técnicos responsáveis dos projetos de obras e sua execução
	Segurança e saúde no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a possibilidade de alteração da organização de serviços de segurança e saúde no trabalho, de acordo com o quadro normativo europeu - Avaliar a possibilidade dos serviços internos de segurança serem prestados por uma empresa a outra empresa do grupo - Avaliar a criação de um regulamento de segurança no trabalho para os empreendimentos de construção - Avaliar a publicação de normas definidoras do exercício da atividade de coordenação de segurança na construção - Ponderar a institucionalização do Diálogo Social Setorial prevista na Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho
	7 - Promover a sustentabilidade ambiental do setor	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a implementação de programas de adaptação ao novo contexto da “Economia de Baixo Carbono” - Desenvolver indicadores harmonizados, códigos e métodos de avaliação do desempenho ambiental dos equipamentos, produtos, processos e obras de construção - Elaborar normas sobre as características dos produtos de construção no que respeita à utilização de materiais, à durabilidade e à compatibilidade ambiental - Promover, através da formação profissional, a reorientação do tecido empresarial para o novo paradigma do baixo carbono, nomeadamente no domínio da reabilitação urbana, da construção sustentável e da gestão eficiente de recursos, em particular a eficiência energética - Promover as atividades de investigação e inovação no âmbito das exigências de sustentabilidade, de gestão eficiente de recursos, nomeadamente de eficiência energética do setor - Clarificar as definições de resíduos, bem como as condições de registo harmonizadas relativas ao transporte de resíduos - Promover a prevenção, reutilização e reciclagem de resíduos no setor da construção bem como, promover a investigação e desenvolvimento de novas áreas de tratamento de resíduos - Desenvolver uma estratégia de comunicação e formação de modo a incentivar a incorporação de materiais reciclados e encorajar os produtores de resíduos a separar seletivamente por forma a não comprometer a reciclabilidade - Atualizar a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas

Fonte: Adaptado de Compromisso para a Competitividade Sustentável do Sector da Construção e do Imobiliário (2013)

ANEXO III



Fonte: Adaptado de Agenda do Sector da Construção de 2015 a 2017

ANEXO IV

Principais indicadores para a construção e respetiva desagregação

Código da atividade económica (CAE Ver.3)	Empresas (nº)		Pessoal ao serviço (nº)		Volume de negócios (milhares de euros)		Produção (milhares de euros)		Valor acrescentado bruto (milhares de euros)		Formação Bruta de Capital Fixo (milhares de euros)	
	2008	2018	2008	2018	2008	2018	2008	2018	2008	2018	2008	2018
A 081	1 385	900	11 710	6 779	845 223	562 948	837 181	540 779	327 126	199 798	74 315	59 433
A 233	270	164	7 938	5 133	627 329	472 772	644 109	467 537	214 912	156 106	117 566	42 012
C 234	1 173	924	13 408	12 983	535 837	681 276	481 430	600 888	232 360	291 019	13 100	82 285
C 237	2 279	1 623	13 905	9 691	721 663	649 074	683 235	615 083	251 797	222 554	61 119	46 440
F 411	3 225	2 316	7 047	4 440	1 650 632	837 835	1 659 633	563 168	480 331	154 471	460 799	96 750
F 412	59 916	37 970	262 360	151 313	16 369 230	9 396 684	16 359 398	8 988 597	4 763 470	2 713 516	442 025	253 964
F 421	459	550	36 442	18 465	4 846 884	2 185 850	5 024 818	2 322 922	1 155 314	657 901	340 360	167 200
F 422	672	660	8 476	7 226	942 746	590 835	1 021 839	578 421	230 795	191 835	32 804	21 373
F 429	2 946	1 732	41 245	20 325	4 199 391	2 007 424	4 262 568	1 994 823	1 019 926	490 140	-28 216	69 838
F 431	1 783	1 178	8 026	5 651	479 029	347 666	485 339	328 597	179 587	140 585	35 664	30 958
F 432	22 877	16 301	79 785	62 013	4 577 980	3 553 930	4 110 121	3 219 247	1 546 647	1 317 191	98 476	79 819
F 433	29 563	18 404	59 800	38 585	1 708 238	1 307 319	1 619 720	1 235 889	709 665	556 621	38 689	40 223
F 439	3 604	4 137	22 287	18 048	1 502 583	991 020	1 455 244	947 774	514 662	428 281	93 995	68 285
M 711	35 356	27 708	58 198	51 130	2 676 937	2 559 692	2 610 986	2 460 810	1 282 488	1 086 389	128 618	109 824
M 749	1 761	3 776	5 081	10 087	309 906	636 902	295 896	602 460	131 094	275 409	38 227	82 169
F	125 045	83 248	525 468	326 066	36 276 715	21 218 563	35 998 679	20 179 439	10 600 397	6 650 541	1 514 597	828 411

Fonte: INE, Sistema de Contas Integrado das Empresas (SCIE)

ANEXO V

Segmento	Número de Empresas				Pessoal ao Serviço				Volume de Negócios				Produção				VAB				FBCF			
	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.	var.
	08/09	11/12	15/16	17/18	08/09	11/12	15/16	17/18	08/09	11/12	15/16	17/18	08/09	11/12	15/16	17/18	08/09	11/12	15/16	17/18	08/09	11/12	15/16	17/18
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Promoção Imobiliária	-5,0	-6,8	0,5	1,6	-7,1	-14,8	4,1	3,4	-9,5	-34,9	5,7	30,1	-22,1	-31,5	-10,4	29,8	-24,8	-39,9	-14,1	24,0	-25,3	-98,8	-101,2	38,6
Construção de Edifícios (Residencial e Não Residencial)	-7,8	-10,9	0,4	3,4	-10,7	-18,0	2,7	6,0	-9,9	-26,2	3,9	10,2	-17,9	-28,7	-10,4	29,8	-16,3	-27,0	-14,1	24,0	-15,4	-63,4	139,5	65,3
Engenharia Civil	-4,4	-7,8	-1,2	1,7	-0,4	-11,2	-7,4	-1,0	7,6	-23,3	-16,3	3,0	6,2	-22,3	5,9	13,9	3,7	-7,1	3,4	13,3	-29,7	43,2	-73,1	71,7
Atividades Especializadas de Construção	-5,7	-10,7	2,2	0,7	-5,4	-14,4	4,1	4,2	-6,6	-21,1	1,4	10,7	-7,1	-20,4	-20,7	2,7	-4,0	-19,8	-11,7	9,5	-13,7	-46,6	24,6	16,6
Construção (Total CAE - F)	-6,7	-10,6	1,2	2,0	-7,3	-15,5	1,5	4,2	-4,3	-24,3	-2,6	9,3	-8,9	-24,5	-4,7	10,5	-8,7	-19,6	-0,7	11,7	-21,4	-46,0	43,1	47,4
Extração de pedra, areia e argila	-5,3	-7,5	-3,6	1,6	-6,9	-13,9	-1,6	-0,4	-12,5	-19,4	-2,7	4,0	-13,4	-19,6	-2,2	3,9	-9,1	-20,2	-2,8	3,2	-42,7	-69,2	62,9	34,1
Fabricação de produtos cerâmicos para a construção	-5,2	-6,2	-3,7	-3,0	-9,7	-9,4	-1,3	0,2	-12,4	-12,4	2,0	0,1	-16,5	-11,4	0,1	-0,3	-12,6	-11,4	9,7	-5,0	-67,1	-18,3	6,7	59,9
Fabricação de outros produtos de porcelana e cerâmicos não refratários	-4,5	-7,8	-1,4	-4,0	-12,6	-7,9	4,4	5,1	-15,5	-4,8	10,8	2,2	-16,7	-1,5	6,4	5,1	-16,9	-5,9	13,3	6,9	185,5	9,4	3,0	95,4
Serragem, corte e acabamento de rochas ornamentais e de outras pedras de construção	-3,1	-4,2	-2,2	-4,1	-7,7	-7,6	1,1	1,2	-17,2	-7,4	4,7	7,8	-17,7	-7,3	4,4	7,3	-14,1	-9,5	6,5	10,3	-55,8	-11,8	12,4	2,4
Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins	-5,5	-8,8	2,4	2,5	-1,0	-11,0	3,6	4,7	-0,3	-9,2	1,3	9,0	0,1	-11,9	2,0	9,1	-8,4	-15,7	6,7	10,8	-20,0	-43,1	32,9	43,0
Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.	16,8	2,1	6,1	5,1	12,9	2,0	12,4	8,5	9,7	-6,6	7,2	13,1	10,6	-7,1	7,2	14,6	8,0	-7,9	10,5	19,3	-11,4	-63,5	834,6	152,0
Total atividades associadas	-4,4	-7,7	2,2	2,2	-3,9	-9,6	3,5	4,1	-6,5	-10,1	3,1	7,1	-6,9	-11,1	2,6	7,5	-9,4	-13,7	7,2	9,2	-34,7	-41,4	33,5	57,8

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, cálculos autores

Temas Económicos

- 1: Relacionamento económico com Angola
[Walter Anatole Marques](#)
- 2: Relacionamento económico com Moçambique
[Walter Anatole Marques](#)
- 3: Relacionamento económico com a Federação Russa
[Walter Anatole Marques](#)
- 4: Evolução da taxa de crescimento das saídas de mercadorias portuguesas face à receptividade dos mercados - Janeiro a Setembro de 2007 e 2008
[Walter Anatole Marques](#)
- 5: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 6: Exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios
[Walter Anatole Marques](#)
- 7: Trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia na óptica de Portugal e na dos países comunitários 2005-2008 (mirror statistics)
[Walter Anatole Marques](#)
- 8: Expedições portuguesas de Têxteis e de Vestuário para a União Europeia
[Walter Anatole Marques](#)
- 9: Portugal no mundo do calçado
[Walter Anatole Marques](#)
- 10: Entrepreneurship performance indicators for active employer enterprises in Portugal
[Elsa de Morais Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 11: Business creation in Portugal: comparison between the World Bank data and Quadros de Pessoal
[Elsa de Morais Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 12: Criação de empresas em Portugal e Espanha: Análise comparativa com base nos dados do Banco Mundial
[Elsa de Morais Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 13: Comércio Internacional no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
[Walter Anatole Marques](#)
- 14: Evolução das exportações de mercadorias para Angola entre 2007 e 2009: Portugal face aos principais fornecedores
[Walter Anatole Marques](#)
- 15: Análise comparada dos procedimentos, custos e demora burocrática em Portugal, com base no "Doing Business 2011" do Banco Mundial
[Elsa de Morais Sarmento](#) | [Joaquim Reis](#)
- 16: Exportações portuguesas para Angola face aos principais competidores
[Walter Anatole Marques](#)
- 17: Internacionalização no Sector da Construção
[Catarina Nunes](#) | [Eduardo Guimarães](#) | [Ana Martins](#)
- 18: Mercado de Trabalho em Portugal desde 2000
[Paulo Júlio](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#)
- 19: Comércio Internacional de mercadorias no âmbito da CPLP
[Walter Anatole Marques](#)
- 20: Exportações nacionais – principais mercados e produtos (1990-2011)
[Eduardo Guimarães](#)
- 21: Formação Contínua nas empresas em 2010 e 2011
[Anabela Antunes](#) | [Paulo Dias](#) | [Elisabete Nobre Pereira](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Cristina Saraiva](#)
- 22: Portugal: Uma síntese estatística regional até ao nível de município
[Elsa Oliveira](#)
- 23: Comércio internacional de mercadorias com Espanha em 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 24: Comércio Internacional de Mercadorias Séries Anuais 2008-2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 25: Comércio Internacional de Mercadorias - Importações da China - Janeiro-Dezembro de 2011 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 26: Evolução das quotas de mercado de Portugal nas importações de mercadorias na UE-27 - Janeiro-Dezembro de 2007 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 27: Comércio Internacional de Mercadorias da Guiné-Equatorial face ao mundo e no contexto da CPLP (2009 a 2013)
[Walter Anatole Marques](#)
- 28: Comércio Internacional de mercadorias da Índia face ao mundo e a Portugal
[Walter Anatole Marques](#)
- 29: Comércio Internacional de Mercadorias no contexto da União Europeia 2009 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 30: Comércio bilateral entre os membros do Fórum Macau de 2003 a 2013
[Ana Rita Fortunato](#)
- 31: Exportações portuguesas de produtos industriais transformados por nível de intensidade tecnológica - Mercados de destino (2009 a 2013 e Jan-Out 2014)
[Walter Anatole Marques](#)
- 32: Evolução do comércio internacional de mercadorias com Angola - 2010 a 2014
[Walter Anatole Marques](#)
- 33: Exportações nacionais – principais mercados extracomunitários e produtos (1990-2013)
[Eduardo Guimarães](#)
- 34: Evolução do comércio internacional português da pesca - 2013 e 2014
[Walter Anatole Marques](#)
- 35: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2014
[Walter Anatole Marques](#)



- 36: Evolução do Comércio Internacional português da pesca e outros produtos do mar (1º Semestre de 2014 e 2015)
[Walter Anatole Marques](#)
- 37: Desafios e oportunidades para a Ilha Terceira. Estudo sobre o impacto da redução de efetivos na Base das Lajes
[GEE](#)
- 38: Análise Comparativa de Indicadores da Dinâmica Regional na Região do Algarve e Continente
[Ana Pego](#)
- 39: Comércio internacional de mercadorias - Taxas de variação anual homóloga em valor, volume e preço por grupos e subgrupos de produtos
[Walter Anatole Marques](#)
- 40: Análise Descritiva das Remunerações dos Trabalhadores por Conta de Outrem: 2010-2012
[Elsa Oliveira](#)
- 41: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais (2008 a 2015)
[Walter Anatole Marques](#)
- 42: A indexação da idade normal de acesso à pensão de velhice à esperança média de vida: análise da medida à luz do modelo das etapas
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 43: Balança Comercial de Bens e Serviços - Componentes dos Serviços - 2012 a 2015 e Janeiro-Abril de 2014 a 2016
[Walter Anatole Marques](#)
- 44: Comércio internacional de mercadorias entre Portugal e o Reino Unido
[Walter Anatole Marques](#)
- 45: Comércio Internacional de mercadorias Contributos para o 'crescimento' das exportações por grupos de produtos e destinos (Janeiro a Agosto de 2016)
[Walter Anatole Marques](#)
- 46: A atividade de Shipping em Portugal
[Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Vanda Soares](#)
- 47: Comércio Internacional de mercadorias no âmbito da CPLP - 2008 a 2015
[Walter Anatole Marques](#)
- 48: Digitalização da Economia e da Sociedade Portuguesa - Diagnóstico Indústria 4.0
[Céu Andrade](#) | [Vanda Soares](#) | [Miguel Matos](#)
- 49: A participação Portuguesa nas cadeias de valor globais
[Guída Nogueira](#) | [Paulo Inácio](#)
- 50: Contributos dos grupos de produtos e principais mercados de destino para a evolução das exportações de mercadorias - Janeiro a Março de 2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 51: Comércio internacional de mercadorias: Portugal no âmbito da CPLP - 2012 a 2016
[Walter Anatole Marques](#)
- 52: Administração Portuária – Empresas e sistemas tarifários
[Francisco Pereira](#) | [Luís Monteiro](#)
- 53: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 54: A Economia da Cibersegurança
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 55: Contributo de produtos e mercados para o 'crescimento' das exportações de bens
[Walter Anatole Marques](#)
- 56: A Cibersegurança em Portugal
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 57: Comércio internacional de mercadorias Portugal - China
[Walter Anatole Marques](#)
- 58: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Venezuela - 2013 a 2017 e 1º Semestre de 2018
[Walter Anatole Marques](#)
- 59: Balança Comercial de Bens e Serviços Componentes dos Serviços (2015-2017 e 1º Semestre 2015-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 60: O Comércio a Retalho em Portugal e uma Perspetiva do Comércio Local e de Proximidade
[Paulo Machado](#) | [Vanda Soares](#)
- 61: A Indústria Automóvel na Economia Portuguesa
[Sílvia Santos](#) | [Vanda Soares](#)
- 62: Impacto Económico da Web Summit 2016-2028
[João Cerejeira](#)
- 63: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais (2008-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 64: A Tarifa Social de Energia
[Gabriel Osório de Barros](#) | [Dora Leitão](#) | [João Vasco Lopes](#)
- 65: Evolução recente do comércio internacional no 'Ramo automóvel' (2017-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 66: Comércio internacional de mercadorias com Moçambique (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 67: Cryptocurrencies: Advantages and Risks of Digital Money
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 68: Comércio internacional de mercadorias com Moçambique (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 69: Perspetivas de investimento das empresas
[Ana Martins](#) | [Rita Tavares da Silva](#)
- 70: Comércio internacional de mercadorias de Portugal - Ficha anual Portugal-Palop (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 71: O SME INSTRUMENT e as PME portuguesas
[Eugénia Pereira da Costa](#) e [Paulo Inácio](#)
- 72: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a América Central (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 73: Comércio da China com os Palop (2014-2018) e correspondentes exportações portuguesas (2017-2018)
[Walter Anatole Marques](#)



- 74: Comércio internacional de têxteis e vestuário (2008-2018)
Walter Anatole Marques
- 75: O setor TIC em Portugal (século XXI)
Luís Melo Campos
- 76: Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a América do Sul (2014-2018)
Walter Anatole Marques
- 77: Empresas de Fabricação de Embalagens de Plástico
Florbel Almeida | Graça Sousa | Dulce Guedes Vaz
- 78: Comércio internacional de mercadorias - Ficha Portugal-PALOP (2017-2018 e janeiro-agosto 2018-2019)
Walter Anatole Marques
- 79: Retrato do Sector do Calçado em Portugal
Catarina Nunes | Eduardo Guimarães | Florbel Almeida | Luís Campos | Ricardo Pinheiro Alves | Sílvia Santos | Vanda Dores
- 80: Comércio Internacional de Mercadorias Séries Anuais 2014-2019
Walter Anatole Marques
- 81: Canais de transmissão e sectores potencialmente mais afetados pelo COVID-19
Rita Bessone Basto | Paulo Inácio | Guida Nogueira | Ricardo Pinheiro Alves | Sílvia Santos
- 82: COVID-19 - Estratégia de Retoma da Economia Portuguesa GEE (vários autores)
- 83: Competitividade e cadeias de valor no sector agroalimentar e agroflorestal português
Ricardo Pinheiro Alves | Tiago Domingues
- 84: Evolução do setor da construção em Portugal, 2008 a 2018
Eugénia Pereira da Costa | Catarina Leitão Afonso | Francisco Pereira | Paulo Inácio

